

TESTE DE UM MODELO PREDITOR DE INTERESSES E SEGURANÇA EM INDIVÍDUOS DO GÉNERO MASCULINO, NA ADULTEZ, NA MEIA-IDADE E NA VELHICE

Monografia de Licenciatura
(2005)

Teresa Sofia Moreira Maia Devesa
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), Portugal

Orientação:
Prof. Doutor António Moreira Diniz

Contactos:
teresadevesamalzbenzer@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo o estudo transversal dos valores humanos em 153 indivíduos do género masculino pertencentes a três coortes etários distintos, correspondendo cada um deles a um período desenvolvimental específico. O primeiro período abrange o fim da juventude e o início da adultez (20-28 anos), o segundo a meia-idade (45-53 anos) e o terceiro e último a velhice (65-80 anos). Estas três faixas etárias foram comparadas entre si seguindo a teoria de valores de Schwartz (1990, 1992). Foi utilizado como instrumento um questionário baseado no questionário de valores de mesmo autor (1990), já validado para a população portuguesa por Menezes e Campos (1991). Foi elaborado um modelo preditor de interesses e segurança, que foi testado através do programa LISREL8 – SIMPLIS.

Procurou-se verificar se existia uma predominância de interesses individuais nos sujeitos mais novos e de interesses colectivos nos mais velhos, bem como uma necessidade de segurança acrescida por parte destes últimos. Para explicar estas diferenças foi tida em conta a fase do ciclo de vida em que os indivíduos se encontravam bem como o acontecimento histórico, (25 de Abril de 1974) que marcou indubitavelmente de forma mais directa as gerações mais velhas. Considerou-se, paralelamente a este acontecimento histórico, o crescimento económico que se sabe estar relacionado com o individualismo e com uma menor preocupação relativa às questões da segurança (associa-se às gerações mais novas). Procurou-se averiguar o efeito da posição social no tipo de interesses, considerando que uma posição social mais elevada teria associados interesses de natureza mais individualista. Após a testagem do modelo verificou-se que apenas na comparação entre os mais jovens e os mais velhos e na comparação entre os indivíduos de meia-

idade e os idosos existia um efeito da idade sobre a segurança, no sentido positivo, e um efeito do individualismo sobre a segurança, também no sentido positivo, em todas as comparações. Constatou-se ainda uma relação entre grupo e individualismo nas comparações entre jovens com a meia-idade e idosos. Para explicar os resultados foi dada ênfase à importância da carreira profissional na vida do homem. Não se constatou nenhuma associação entre posição social e individualismo. Verificou-se ainda uma covariância positiva entre individualismo e colectivismo. Neste trabalho visou-se também discutir os resultados obtidos confrontando-os com os dos estudos de Amado (2004) e de Amado, Diniz & Devesa (2004).

Palavras-chave: Valores, homens, ciclo vital, jovem adultez, meia-idade, velhice, posição social

INTRODUÇÃO

O presente estudo transversal pretendeu fazer uma abordagem à estrutura dos valores através de uma análise comparativa entre três coortes etárias diferentes de indivíduos do género masculino, designadamente jovens adultos (entre os 20 e os 28), Adultos na meia-idade (entre os 45 e os 53) e idosos (entre os 65 e os 80). Tomando em consideração a mutabilidade dos valores ao longo do ciclo vital, foram abordadas várias influências do desenvolvimento individual ao longo do ciclo vital, nomeadamente as relacionadas com a idade e as relacionadas com a história, ambas normativas, conceptualizados por Baltes (1985). No caso português um acontecimento histórico marcante foi sem dúvida o 25 Abril de 1974 e a democratização que se repercutiu tanto ao nível individual como ao nível social. A revolução marcou a diferença entre duas gerações representadas pelos três grupos considerados neste estudo, tendo em conta que as gerações mais velhas cresceram e foram educadas numa sociedade fechada com um regime totalitário em que se apelava sobretudo a valores conservadores e patrióticos (colectivistas), enquanto que as gerações mais novas viveram grande parte das suas vidas, ou mesmo a totalidade no caso dos jovens, numa democracia onde a sociedade se tornou mais aberta, liberal e pluralista com tendência para a individualização (valores individualistas). Paralelamente a este acontecimento teve-se em conta o crescimento económico e a modernização, mais visíveis após a mudança de regime (Ferreira, 1993, 2003; Inglehart, 1990; Schwartz & Sagie, 2000).

Além das diferenças geracionais trazidas pelo 25 Abril, considerou-se também o facto dos grupos participantes se encontrarem em diferentes fases do ciclo de vida e logo, estarem sujeitos às influências normativas relacionadas com a idade. Neste sentido abordaram-se concepções do ciclo de vida (Erikson, 1980, 1983; Levinson et al., 1978, 1986; McAdams & De St. Aubin,

1998; Harker & Solomon, 1996)) no sentido de perceber como é que a alteração na priorização de objectivos particularmente na vida dos homens, pelas tarefas desenvolvimentais que lhes vão sendo impostas, influi nos seus sistemas de valores. Considerou-se que com a idade há uma tendência para uma maior abertura à colectividade e uma necessidade de um maior envolvimento com o meio. As teorias acerca dos processos universais de regulação do desenvolvimento de Baltes (1999) e Heckhausen & Schultz (1995, 1996, 2002) serviram também para argumentar esta ideia. Procurou-se ainda estabelecer uma relação entre a idade e a importância dada à segurança.

Tomaram-se também como variável a posição social que se relacionou com tipo de valores e interesses dominantes (individuais, colectivos e segurança). Pressupôs-se que uma posição social mais elevada (associada a um maior poder económico e habilitações literárias superiores) estaria relacionada com o individualismo (Hofstede, 1997, 1998).

Relativamente à primeira parte do trabalho, no primeiro capítulo é abordado o estudo dos valores, designadamente, uma clarificação do conceito com base essencialmente nas concepções de Rokeach (1973) e Schwartz e Bilsky (1987), as noções individualismo e colectivismo e sua associação a vários factores como a posição social (poder económico) (Hofstede, 1997). É dado um especial ênfase ao domínio motivacional da segurança, nomeadamente a sua relação com as mudanças sócio-históricas e económicas. São também abordados dois estudos com metodologia idêntica ao nosso estudo, realizados com uma amostra feminina e outro com uma amostra mista (Amado, 2004; Amado, Diniz & Devesa, 2004), com o objectivo de observar contrastes entre os resultados. No final do capítulo é feita uma discussão acerca da estabilidade dos valores ao longo do ciclo de vida. O capítulo 2, trata essencialmente do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida, particularmente, das influências normativas (Baltes, 1985; Cavanaugh, 1983) e da priorização de objectivos (Levinson, 1986; Erikson, 1986; McAdams & de St. Aubin, 1998). É dada especial ênfase às influências normativas relacionadas com a história, no sentido em que se privilegia o 25 de Abril de 1974 e suas repercussões ao nível da mudança de valores. No terceiro capítulo é apresentado um modelo preditor da segurança e interesses, formulado a partir da revisão de literatura efectuada e testado na terceira parte do trabalho a partir de uma amostra de 153 homens cuja caracterização é feita igualmente nesta segunda parte. Depois da caracterização dos participantes, é apresentado o instrumento utilizado no estudo seguido do procedimento efectuado na recolha e análise dos dados. Na terceira parte são apresentados os resultados e respectiva explanação. Na quarta parte do trabalho é feita uma discussão acerca dos resultados obtidos que são também comparados com os estudos análogos supracitados. Na última parte apresenta-se uma conclusão geral do estudo, onde são referidas as respectivas limitações e são feitas algumas sugestões para investigações futuras.

I. REVISÃO DE LITERATURA

1. Os Valores Humanos

1.1. O Estudo dos Valores

O termo ou conceito de valor, apesar de ainda pouco estudado exerce profunda influência na vida de todos ao nível individual e social, pelo menos de forma latente, seja na forma como se tomam decisões ou na forma como se avaliam e caracterizam as pessoas ou grupos. Geralmente ao usar o termo valores, as pessoas referem-se a algo semelhante a uma concepção do desejável que influencia tomadas de acção e a avaliação de acontecimentos mas, de forma mais precisa os valores seriam definidos como “conceitos ou crenças acerca de comportamentos ou estados desejados que transcendem situações específicas, guiam, seleccionam e/ou avaliam o comportamento e os acontecimentos e estão ordenados segundo a sua importância relativa” (Schwartz & Bilsky, 1987). Rokeach (1973), um dos percursores do estudo dos valores, definiu valor como “uma crença duradoura de que um modo específico de conduta, ou um estado final de existência é preferível, pessoal ou socialmente, a outro modo de conduta ou estado final de existência oposto ou inverso”. Este autor considera que todos os indivíduos em todas as sociedades possuem os mesmos valores em graus distintos e, esta quantidade limitada de valores estaria organizada hierarquicamente em sistemas. O autor define dois tipos de valores, instrumentais (modos de conduta desejáveis) e terminais (estados finais de existência desejáveis). Os valores considerados terminais dividem-se em sociais e pessoais, ou seja, podem ser auto-centrados ou socialmente centrados, com foco intrapessoal ou interpessoal. Os valores instrumentais podem ser também de dois tipos, morais (referem-se essencialmente a modos de comportamento e a certos tipos de valores instrumentais) e de competência (valores de auto-actualização, tem foco mais pessoal e não estão especialmente ligados à moralidade). Para o autor, quanto mais extensa é a partilha do valor, maiores são as exigências da sociedade para que todos os indivíduos se comportem de determinada forma, tendo isto como consequência uma maior experiência de dever moral. Os dois tipos básicos de valores finais, os centrados no indivíduo e os orientados socialmente, forneceram as bases sobre as quais, autores posteriores, desenvolveram os conceitos de individualismo e colectivismo numa perspectiva cultural e pessoal (Hofstede, 1980; Triandis, 1985, Schwartz, 1999, Triandis & cols., 1985, referidos por Martin & Sánchez, 1999).

O valor pode manifestar-se de diversas formas, e o interesse é uma delas, contudo não pode ser classificado como um modo idealizado de comportamento ou estado final de existência. Os interesses representam uma atitude favorável ou desfavorável em direcção a certos objectos ou

actividades (Perry, 1954, referido por Rokeach, 1973). De acordo com Menezes, Costa e Campos (1989), os valores podem expressar interesses, que correspondem ou a interesses individuais ou a interesses colectivos ou ainda a ambos (interesses mistos).

1.2. Individualismo e Colectivismo

De acordo com Schwartz e Bilsky (1987), os valores têm origem nas condições humanas universais que se reflectem nas necessidades do organismo, motivos sociais (interacção) e nas exigências institucionais sociais. Os conteúdos específicos dos valores podem estar associados a mais do que um tipo de condição universal. A primeira distinção entre os diferentes conteúdos dos valores é sugerida, segundo os autores, pela ideia de que, pelo facto dos valores serem objectivos ou metas, representam interesses de um indivíduo ou grupo. Schwartz e Bilsky (1990), definiram tipos ou domínios motivacionais e caracterizaram-nos como tipos universais de interesses motivacionais que os valores expressam. Estes domínios serviriam três tipos de interesses, individuais, colectivos ou mistos que, pela sua natureza, servem tanto interesses pessoais (individualismo) como de grupo ou colectivos (colectivismo) ou mistos (individuais e colectivos) (Schwartz, 1990, 1994) (vd. Anexo A). Estes últimos, seriam o caso dos valores que partilham a motivação pela procura de segurança pessoal, familiar ou nacional.

De acordo com Schwartz e Bilsky (1990) o individualismo/colectivismo é a maior dimensão para a diferenciação dos valores quer ao nível social (Hofstede, 1980; Mead, 1967, cit. por Schwartz & Bilsky, 1990) quer ao nível individual (Schwartz, in press; Triandis, 1987; Triandis, Bontempo, Villareal, Asai, & Lucca, 1988, cit. Idem). Ao nível social a grande dimensão da diferenciação dos valores entre sociedades está na ênfase relativa que estas dão a valores que servem ou mais interesses individualistas (e.g. ambição, prazer, liberdade, ideias e espaço íntimo) ou mais interesses colectivistas (e.g. responsabilidade, assistência), estando sempre, portanto, os dois tipos presentes mas em diferentes graus (Wink, 1997).

Hofstede (1997), realizou um estudo com empregados de uma empresa (IBM – Hermes) sobre as diferenças culturais entre países e organizações e considerou que as culturas poderiam ser comparadas segundo quatro dimensões; distancia hierárquica (do poder), grau de individualismo (ou colectivismo, que traduziria a relação do indivíduo com o grupo), grau de masculinidade (ou feminilidade) e controlo da incerteza. Relativamente à primeira dimensão, o autor observou que numa sociedade a desigualdade é perceptível através da existência de diferentes classes sociais pelo facto de que cada classe permitir diferentes oportunidades de acesso e vantagens como a educação e a ocupação profissional (mais elevadas quanto mais alta é a classe). Tanto a educação como a profissão e classe social são, segundo Hofstede (1997) mutuamente dependentes e são fontes de programação mental ou cultura, logo implicam valores diferentes e interesses diferentes (individuais ou colectivos). A segunda dimensão considerada foi

o individualismo/ colectivismo (num país ou de país para país) e Hofstede considera-a como um constructo bipolar. Porém, Ros e Schwartz (1995, cit. por Gouveia & Ros, 2000) elaboram a proposta teórica da multidimensionalidade de algumas culturas em relação aos valores individuais e colectivos considerando que as culturas não têm de subscrever rigorosamente um padrão individualista ou colectivista. Na concepção de Hofstede (1998), o individualismo/colectivismo como um dos componentes da estrutura dos valores e caracteriza-o como a preferência ambientes sociais fechados nos quais se considera que os indivíduos se devem preocupar consigo próprios e apenas com as suas relações mais próximas em oposição à dependência dos grupos dos quais os indivíduos fazem parte. O autor refere que as culturas que valorizam a autonomia da pessoa são agrupadas sobre o individualismo enquanto que as culturas cujos valores mais importantes colocam ênfase na dependência do individual dentro dos grupos são agrupadas sobre o colectivismo. Segundo Hofstede, o individualismo reflectiria a independência emocional de uma pessoa em relação a grupos e organizações, enquanto que a sua ausência seria semelhante à dependência emocional e a um sentimento de «nós», estaria inversamente relacionado com a dimensão distância do poder (poder económico). Nas sociedades mais individualistas o interesse do indivíduo prevalece sobre o grupo ao contrário das colectivistas. O autor observou que a dimensão individualismo/ colectivismo estaria associada à importância relativa atribuída a vários factores. Assim, para o individualismo seria dada importância a factores como o tempo pessoal (vida familiar e pessoal), liberdade (relativa à profissão), desafio (trabalho estimulante que proporcione sentimentos de realização pessoal), habilitações literárias (para alcançar maior poder económico e amor próprio), auto-realização pessoal (como meta fundamental). Para o colectivismo, os factores mais valorizados seriam a formação (como oportunidade para se aperfeiçoar e aprender), condições de trabalho (boas condições físicas de trabalho), utilização plena de competências no trabalho, educação (para alcançar um estatuto social mais elevado), igualdade e harmonia e consenso social (como meta fundamental). Hofstede considera que o individualismo está mais associado às sociedades modernas, ricas, urbanizadas e industrializadas enquanto que o colectivismo se liga mais às sociedades pobres, rurais e tradicionais, estando desta forma, a riqueza nacional relacionada com o individualismo (a primeira tem uma relação de causalidade com a segunda). A terceira dimensão, masculinidade/ feminilidade, está para o autor relacionada com alguns valores dominantes. Assim, as culturas mais femininas valorizam atenção e cuidado pelos outros, contactos sociais (importância das pessoas e relações), modéstia, ternura, altruísmo, igualdade, solidariedade e qualidade de vida, segurança no ambiente de trabalho e ambiente da residência (meio agradável para si e para a família). Às sociedades mais masculinas associam-se o sucesso e progresso material, dinheiro e bens, simpatia pelos mais fortes, equidade, competição entre colegas e performance. O autor verificou que as sociedades mais femininas eram também mais colectivistas enquanto que as masculinas se caracterizavam mais pelo individualismo. Neste estudo, Portugal foi caracterizado como um país com elevado índice de distância hierárquica, mais feminino (mas com bastantes valores masculinos) e mais colectivista.

Triandis (1985,1995, cit. por Lopes, 1998) transporta este constructo para o nível individual e denomina-o como Alocêntrismo-Ideocentrismo, e propõe que nas culturas colectivistas, o perfil modal seria alocêntrico, enquanto que nas culturas individualistas a maioria dos indivíduos seria ideocêntrico. De acordo com estes autores, no colectivismo há susceptibilidade à influência social enquanto que no individualismo isto está ausente. O alocentrismo foi associado com valores específicos (como a conformidade, segurança, cooperação e igualdade. Normalmente o colectivismo e o individualismo são definidos comparando um com o outro, e as culturas com elevado colectivismo são consideradas, explicita ou implicitamente, como tendo valores baixos no individualismo, e vice-versa.

Morales, Gaviria, Molero, Árias e Paez (2000), apresentam o individualismo sobre uma diferente perspectiva e definem o processo de individualização como a crescente autonomia dos indivíduos em desenvolver seus próprios valores e normas, que gradualmente e de forma crescente se desviam dos sistemas de valores tradicionais e institucionalizados. A essência deste processo parece ser o facto de que os valores, crenças, atitudes e comportamentos serem progressivamente baseados na escolha pessoal e são menos dependentes da tradição e instituições sociais. Segundo estes autores, “com a individualização é esperada uma crescente liberalização do estilo de vida na sociedade cujo denominador comum é a relativa prevalência das escolhas pessoais em oposição às escolhas ditadas pela tradição ou instituições”. Para os autores o individualismo contribui para o desenvolvimento de valores sociais como a liberdade pessoal, auto-desenvolvimento, auto-expressão, igualdade e democracia. A individualização dos valores diz também respeito a valores que definem determinado comportamento como algo de livre escolha, ou valores que definem a felicidade do indivíduo, auto-desenvolvimento e auto-determinação como o principal objectivo do comportamento.

1.3.O Domínio Motivacional da Segurança

Como referido anteriormente, Schwartz (1992), de acordo com a sua teoria dos valores, considera a existência de valores que servem interesses individuais, colectivos e mistos. Dentro deste último grupo, encontra-se o domínio motivacional segurança que inclui valores reflectem interesses tanto do indivíduo (exemplo: saudável e limpo) como da sociedade em geral (exemplo: ordem social e segurança nacional). Observa-se, desta forma, que existem, no domínio segurança valores relativos à segurança colectiva e segurança individual. De acordo com o autor, quando se fala de segurança, os indivíduos consideram-na como um tipo motivacional uno, incluindo quer interesses pessoais (segurança individual) quer interesses da sociedade (segurança colectiva).

Como constatou Ferreira (2003), o crescimento económico numa sociedade, a partir de determinado nível, permite que as gerações mais novas sejam educadas num contexto em que as questões relacionadas com a segurança e necessidades económicas sejam dadas como adquiridas

ou consideradas menos relevantes. Assim, segundo o autor, é mais fácil a emergência de valores individualistas, como a satisfação subjectiva e a auto-realização (menos associados à segurança) do que colectivistas. Da mesma forma, Schwartz e Sagie (2000), num estudo acerca do consenso dos valores ao nível transnacional, defenderam que o valor segurança (entre outros, como o conformismo, tradição e poder) se torna menos importante com o desenvolvimento sócio-económico, sendo progressivamente rejeitado com a modernização. A perspectiva de Inglehart (1990) aponta também neste sentido, ou seja, esta transição de valores, de materialistas para pós-materialistas (associados ao desenvolvimento económico), acarreta uma crescente diminuição das preocupações relacionadas com a segurança. As gerações mais velhas terão uma orientação para valores materialistas (mais associados ao colectivismo e à segurança) e as mais jovens para valores pós-materialistas (mais associados ao individualismo e menos à segurança). De acordo com Popper (1993) a segurança está fortemente sujeita à influência do colectivismo, no sentido em que as sociedades mais colectivistas dão mais ênfase à ordem e à segurança. O autor associa o colectivismo mais a regimes ditatoriais e totalitários, o que permite deduzir que indivíduos que vivem ou viveram neste tipo de regime tem interesses mais colectivistas e, logo, valorizam mais a segurança. Por outro lado, indivíduos que cresceram numa democracia, tendencialmente preferem valores mais individualistas e conseqüentemente tem menos preocupações relativas à segurança. Em concordância com esta ideia, os autores acima referidos, Schwartz e Sagie (2000), relacionam, o decréscimo da importância de certos valores de natureza mais conservadora, como a segurança, com a democratização. Os autores associam a segurança à manutenção do status quo, evitamento da mudança, conservadorismo e aceitação das normas sociais, que são característicos de regimes totalitários.

Num estudo realizado por Amado, Diniz & Devesa (2004) com base na teoria de Schwartz com uma amostra de 281 indivíduos (161 mulheres e 120 homens) pertencentes a três grupos etários (jovens, meia-idade e idosos) das cidades de Lisboa e Santarém que foram comparados entre si, verificou-se que, apenas quando se comparavam jovens com idosos (gerações distintas), com a idade aumentavam os interesses colectivos, ou seja, os sujeitos idosos eram mais colectivistas e valorizavam mais a segurança, e os jovens mais individualistas. Os autores constataram também que o colectivismo contribuía mais para a segurança que o individualismo. A explicação residia fundamentalmente na dupla no desenvolvimento dos factores ligados à idade (fase do ciclo de vida) e de um acontecimento sócio-histórico que fez aparecer duas gerações distintas na sociedade portuguesa (o 25 de Abril de 1974) permitindo a passagem de um regime ditatorial fechado (mais colectivista) para um democrático e mais liberal onde são promovidos valores de natureza individualista e a segurança é dada como adquirida ou considerada pouco relevante (Ferreira, 1993, ref. por Amado, Diniz & Devesa, 2004). Os autores apontam ainda como factores explicativos a necessidade de recursos sociais nos idosos (Baltes, 1997) e o aumento do controlo secundário com a idade (Heckhausen & Schultz, 1995 ref. por

Amado et al., 2004) que pressupõe a procura de novas fontes de investimento mas ligadas a aspectos sociais e que orienta a geração mais velha para o colectivismo e segurança.

Outro estudo semelhante, mas apenas com os participantes do género feminino (161 mulheres), apontou resultados idênticos, ou seja, com a idade as mulheres apresentaram mais interesses colectivistas (colectivismo), nomeadamente quando se comparou o grupo das jovens com as da meia-idade e as idosas. A segurança surge aqui como sofrendo uma forte influência do colectivismo em todas as comparações de grupos etários. À semelhança do estudo anterior, foram consideradas as influências da idade (fase do ciclo de vida), as influências normativas históricas (25 Abril) e o aumento do controlo secundário com a idade (Amado, 2004). Importa referir que os dois estudos anteriormente descritos utilizaram uma metodologia idêntica ao do presente estudo, desta forma torna-se pertinente tê-los em consideração aquando da discussão dos resultados com o fim de verificar semelhanças ou contrastes.

1.6. A Estabilidade dos Valores ao Longo do Ciclo Vital

O indivíduo ao longo do seu desenvolvimento no ciclo de vida está sujeito a inúmeras influências que condicionam não só os aspectos biológicos (de forma mais ou menos invariável) mas também a sua forma de pensar e agir no mundo. Os seus objectivos vão-se alterando à medida que se alteram as suas prioridades. Paralelamente, os valores, que regem as suas acções e a sua percepção, também se modificam. Porém, de acordo com Hofstede (1997), o comportamento é apenas parcialmente predeterminado em virtude da existência de uma programação mental, originada nos diversos ambientes sociais ao longo da vida do indivíduo, desde a família à comunidade. Cada um transporta consigo padrões potenciais de pensamento, de sentimentos e acções, consequentes de uma aprendizagem continuada. As programações mentais ou cultura, na óptica do autor, variam tanto quanto os ambientes sociais em que os indivíduos estão inseridos. Desta forma, os valores também sofrem a influência dos ambientes sociais pelos quais os indivíduos passam, tendo em conta, que os valores são um dos termos que definem cultura (Hofstede, 1997) O autor refere, de acordo com a psicologia do desenvolvimento, que as crianças adquirem de forma consistente um sistema de valores em idades precoces e que este sistema a partir daqui dificilmente sofre alterações, pelo facto de que, na sua maioria, os valores são de natureza inconsciente e não directamente perceptíveis do exterior, podendo ser apenas deduzidos pela forma como os indivíduos actuam face a circunstâncias várias. Rokeach (1973), sugere que a estabilidade dos valores surge particularmente do facto deles serem inicialmente ensinados e aprendidos de forma isolada e absoluta o que garante, mais ou menos, a sua estabilidade e permanência. Gradualmente, através da experiência e do processo de maturação, os indivíduos aprendem a integrar os valores isolados, absolutos que lhes foram transmitidos em determinado contexto num sistema hierarquicamente organizado onde, cada valor é ordenado de

acordo com a prioridade ou importância relativa a outros valores. De acordo com o autor, as variações da experiência pessoal, social e cultural originam diferenças individuais nos sistemas de valores e diferenças individuais na sua estabilidade. As diferenças individuais podem ser plausivelmente esperadas como resultado das diferenças em variáveis, como o desenvolvimento intelectual, o grau de internalização dos valores culturais e institucionais, identificação com os papéis sexuais, identificação política e religiosidade. Os valores são virtualmente determinantes de todos os tipos de comportamentos sociais – de acção social, atitudes e ideologia, avaliações, julgamentos morais e justificações do próprio indivíduo e dos outros, comparações do próprio indivíduo com os outros, apresentação do indivíduo aos demais e, tentativas para influenciar os outros. Rokeach, 1973). De acordo com English & English (1958, cit. idem) cada valor humano é um “produto social” que foi transmitido e preservado ao longo de gerações sucessivas através de uma ou mais instituições de um a sociedade. Os resultados de um estudo transversal elaborado por Menezes e Campos (1991) em Portugal junto de alunos do ensino secundário, de estudantes universitários e professores do ensino secundário, realizado com base no modelo de Schwartz, apontaram neste sentido, na medida em que consideram a existência de um processo de desenvolvimento dos valores humanos, em estreita relação com as tarefas de vida com que os sujeitos se confrontam, nos diferentes momentos da existência. Com base num estudo realizado em Portugal acerca dos valores finais da juventude, França, Jesuíno e Soczka (1983), refere que com a idade adquirem mais importância valores como a dignidade, mundo de paz, harmonia interior e segurança familiar. Este autor concluiu que na sociedade portuguesa havia uma maior orientação global para valores pessoais, considerando como traço cultural português o individualismo. Como facilmente se percebe, nem todos os indivíduos partilham os mesmos valores e nem todos os entendem da mesma forma, por serem fenómenos dinâmicos e multifacetados que podem ser entendidos de formas diferentes por diferentes indivíduos que podem, inclusive, apresentar para o mesmo indivíduo em diferentes situações implicações positivas e negativas (Freire, 1998). O homem interpreta activamente a cultura e também os seus valores predominantes, neste sentido, os valores nunca poderão constituir um fenómeno homogéneo e coerente (Turiel, 1996). Para Reed (1996), a ubiquidade e pluralidade constituem aspectos fundamentais a ter em conta no estudo dos valores, considerando que o processo de desenvolvimento dos valores é um processo complexo de apropriação e transformação dos valores acessíveis no meio cultural e social envolvente, muitas vezes existindo em condições de grande conflito e ambiguidade. São estes conflitos que vão permitir mudança desenvolvimental a nível dos valores, dando origem a reorganizações profundas a nível dos sistemas de crenças e atitudes.

2. Desenvolvimento ao longo do ciclo vital - Influências Normativas e Não-Normativas

Existem, de facto, vários factores, durante o desenvolvimento individual, que condicionam a permanência ou estabilidade dos valores. O indivíduo tem um papel activo e proactivo no seu desenvolvimento, reagindo e adaptando-se aos contextos físicos, culturais, sociais e históricos (Baltes, Freund & Li, 1999). É inequívoco que os valores estão sujeitos a mudanças geracionais duradouras e a oscilações transitórias induzidas pela fase do ciclo de vida. Por outro lado o envelhecimento biológico não se traduz linearmente de uma forma única de envelhecimento social, ou seja, o avanço na idade não uniformiza as maneiras de pensar e agir das classes e grupos sociais (Almeida & Costa, 1990). Nesta linha de pensamento, Baltes (1985), considera que o ciclo de vida não está somente sujeito a mudanças relacionadas com a idade. Também os processos de desenvolvimento que tem lugar ao longo de toda a vida são de grande importância. Na perspectiva deste autor, a variabilidade interindividual no comportamento aumenta à medida que o ciclo vital avança e as mudanças que tem lugar ao longo de todo o ciclo vital podem ser de natureza bastante diversa. Este autor apresenta um modelo do desenvolvimento para explicar a complexidade do mesmo ao longo de todo o ciclo de vida, considerando três conjuntos principais de factores antecedentes que podem mudar com o tempo, que influenciam o desenvolvimento individual e cuja interacção contribui para o processo de mudança evolutiva. Factores normativos relacionados com a idade, normativos relacionados com a historia e acontecimentos vitais não-normativos. As influências normativas relacionadas com a idade dizem respeito a determinantes biológicos e ambientais que se correlacionam com a idade cronológica (a maturação biológica e a socialização quando é considerada como algo consistente na aquisição de papéis ou competências normativas relacionadas com a idade). As influências normativas relacionadas com a história consistem em acontecimentos, incluindo normas culturais, juntamente com mudanças como as que se verificam nos efeitos geracionais (Baltes, Cornelius & Nesselroade, ref. por Baltes, 1985). Tal como as influencias normativas relacionadas com a idade, as influências de tipo histórico podem implicar tanto características ambientais como biológicas. As influências não-normativas do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida referem-se a factores ambientais e biológicos que, apesar de significativos em termos de consequências sobre as histórias vitais individuais, não são universais. Exemplos destas influências são acontecimentos relacionados com actividades profissionais (desemprego), vida familiar (divorcio, morte de outra pessoa significativa) ou saúde (doenças graves).

Um pouco à semelhança de Baltes, Cavanaugh (1993), refere que o envelhecimento é um processo complexo que abrange o domínio biológico, psicológico e social. De acordo com o seu modelo biopsicossocial, o autor considera que são quatro os tipos de factores que podem influenciar o desenvolvimento. Factores interpessoais (tipos e qualidade dos relacionamentos de um indivíduo com os outros), factores intra-pessoais (influencias normais relacionadas com a saúde, que fazem parte do envelhecimento e que condicionam as capacidades dos indivíduos, e

aos processos psicológicos que promovem as bases para a interação com o mundo e que dão o sentido de identidade), factores biológicos e físicos, que se referem às doenças e às formas de incapacidade que perturbam o funcionamento, e que não fazem parte do processo de envelhecimento normal, embora a sua ocorrência possa aumentar com a idade) e, finalmente, factores do ciclo de vida (forma como um individuo se comporta numa situação específica e que é fortemente afectada pelo seu passado social, psicológico e pelas experiências físicas, em conjugação com o actual funcionamento do individuo, e crenças que tem acerca do futuro) Estes factores implicam que o mesmo acontecimento possa ter efeitos divergentes ao longo do ciclo de vida (Cavanaugh, 1993).

Segundo McAdams (2001), as influências normativas da idade possuem uma relação estatística com a idade cronológica, quer pelas influências biológicas quer pelas sociais. De acordo com este autor, estes acontecimentos por serem normativos ao longo da idade podem ser acessíveis pela antecipação (preparação), por poderem ser observados na comunidade social, facultando um maior e melhor suporte social bem como um acesso mais fácil e diversificado a modelos sociais que permitam que o individuo possa lidar com novas situações da melhor maneira. Pelo contrário, os acontecimentos não normativos não podem ser previstos nem permitem que o individuo aceda a outros com características semelhantes que o ajudariam como modelos ou como agentes de suporte (Schulz & Rau, 1995, cit. por McAdams, 2001).

2.1. A Priorização de Objectivos ao Longo do Ciclo de Vida

De acordo com Heckhausen (2002), existem ao longo da vida deadlines, ou pontos de referência vitais para concretizar determinados objectivos ou cumprir certas tarefas desenvolvimentais que podem estar relacionadas com o trabalho, com o treino vocacional, característico da jovem adultez ou, com o ter e criar filhos que influenciam o desenvolvimento individual, especialmente na meia-idade. A existência destas deadlines sugere que nalguns momentos ao longo da vida o individuo tem de orientar os seus interesses conforme as tarefas que lhe vão sendo apresentadas, modificando também o seu sistema de valores.

Levinson (cit. por Durkin, 1988) concebeu o ciclo de vida como uma sequência de eras com carácter biopsicossocial, implicando cada uma um conjunto de mudanças importantes. Cada era inicia-se logo que a anterior se esteja a aproximar do fim, existindo entre elas uma fase de transição. As eras e os períodos de transição formam, de acordo com este autor, a macro-estrutura de ciclo de vida permitindo a existência de uma ordem ao longo do percurso vital, não excluindo, contudo, determinadas variações interindividuais. O autor defende ainda a existência de uma estrutura vital que se desenvolve através de uma sequência ordenada de períodos etários que funcionam como um padrão subjacente à vida do individuo num dado momento. Esta sequência de períodos consiste numa alternância entre os períodos de construção de estruturas e períodos de

mudança destas estruturas (períodos de transição). A concretização das tarefas desenvolvimentais de cada era permite a criação de uma base para a estrutura vital da era seguinte (Levinson, 1986). Com base nesta teoria, Levinson, Darrow, Klein, Levinson & Mckee (1978) efectuaram um estudo com uma amostra de indivíduos do género masculino e constataram que desde a juventude até à meia-idade (45-65 anos) há uma alteração na priorização de objectivos, sendo a tarefa fundamental encontrar um equilíbrio adaptativo e significativo entre o amor, trabalho e o meio. Levinson divide a adultez masculina em duas fases em termos de priorização de objectivos. Numa fase inicial (17-33) o homem procura de independência emocional e financeira e estabelece objectivos relacionados com a futura carreira e com o sucesso profissional. Por volta dos trinta anos (período de transição não considerado no presente trabalho) há pela primeira vez uma reavaliação dos objectivos anteriormente estabelecidos, o que pode originar crises nalguns indivíduos. Entre os 22 e os 28 anos (jovens adultos) os objectivos passam pela construção de uma estrutura de vida, escolha de uma ocupação e é dada ênfase às relações com os amigos e família e o outro sexo que normalmente leva ao casamento e à constituição de um lar e família. Neste período, duas tarefas importantes envolvem o seguir um sonho para o futuro e encontrar um mentor mais velho que ajude a alcançar esse sonho. O sonho expressa-se, no caso do homem, sobretudo em termos da carreira profissional (Papalia, 1995). No final da adultez o homem começa a estabilizar, faz compromissos mais sérios, estabelece objectivos na carreira profissional e um limite de tempo para os concretizar. Nesta fase o homem centra-se na sua vida familiar, ocupação e comunidade e torna-se mais autónomo. Na meia-idade (45-50 anos) há uma mudança considerável na estrutura de vida do homem pelo facto de que neste período ele faz novas escolhas e questiona valores anteriormente tomados. Esta segunda reavaliação de valores pode ser saudável em termos de crescimento pessoal, aquisição de uma maior autenticidade e de uma visão mais realista de si próprio. A alteração das estruturas de vida pode passar pela escolha de um novo emprego, um novo casamento ou alteração dos padrões de trabalho e relacionamentos. A maioria dos homens que fazem alterações neste período consideram-no o mais preenchido e criativo das suas vidas.

Erikson (1982), para operacionalizar a sua teoria epigenética, sugere a existência de uma sequência desafios ou estádios desenvolvimentais que instalam crises psicossociais normativas ao longo da vida (etapas predeterminadas), e no fim das quais o indivíduo desenvolve uma virtude. Paralelamente a estes desafios, há uma modificação na priorização de objectivos que permitem enfrentar e resolver da melhor forma estas crises emocionais. Este autor argumenta que as várias etapas ou estádios desenvolvimentais ocorrem por ordem específica, sendo que, a resolução de uma etapa influencia a forma como se irá desenrolar a próxima. Os vários estádios são independentes, ocorrem numa idade normativa mas, segundo Erikson, estão omnipresentes desde o início de alguma forma. Iremos considerar só os períodos relevantes para este estudo. No início da adultez (jovens adultos) há geralmente uma necessidade e desejo de intimidade, de estabelecimento de compromissos afectivos e união marital que permitirá a formação de um novo

núcleo familiar. Para que isto seja possível, o indivíduo deve ter uma identidade bem definida e coesa, praticamente consolidada. Nesta fase a sociedade requer que o homem entre para uma instituição e comece a desenvolver uma actividade profissional. Pretende-se também que neste período se desenvolva o sentido ético (Lerner, 1997). O conflito que gera a crise emocional nesta etapa é, portanto, o da intimidade vs isolamento, e se esta é resolvida com sucesso o indivíduo desenvolverá a virtude do amor, mutualidade e devoção ao par (Papalia, 1995). Este período pressupõe interesses de natureza mais individualista. Segundo Erikson (1982), a meia-idade estende-se ao longo de um grande período de tempo (mais ou menos trinta anos) e é uma fase de desafios mas também algumas exigências. Este período pode caracterizar-se pelo estabelecimento de um compromisso profissional, pela possibilidade de criar uma nova família e pela dedicação de tempo e energia à manutenção de uma vida produtiva e saudável. Nesta fase, segundo o autor, as relações familiares e o trabalho confrontam o indivíduo com o dever de cuidar e com uma grande número de responsabilidades e novos interesses. Quando este estágio é coesivo e dá ao indivíduo um sentimento de bem-estar, o resultado é um sentimento de prosperidade. De acordo com Havingurst (1872, referido por McAdams & de St. Aubin, 1998) o indivíduo é, neste período, estimulado pela sociedade para contribuir de forma produtiva não só para o seu bem-estar e da família mas também para o resto da comunidade, ou seja, é confrontado não só pelo desejo ou instinto de ter filhos mas também por qualquer actividade movida pela preocupação relativa ao desenvolvimento da geração seguinte. Assim é alcançado o sentimento de generatividade, caso contrario o sentimento será de estagnação (crise da generatividade vs estagnação) (Lerner, 1997). Na óptica de McAdams e De St. Aubin (1998), a teoria de Erikson possui algumas contradições particularmente no que respeita a este período desenvolvimental. Consideram que o problema fundamental reside nos vários elementos subjacentes ao conceito de generatividade e na noção de que estes elementos estão no seu auge na meia-idade. Estes autores propõem que o desejo de ser generativo emerge no início da adultez, apesar de porém, ser apenas no final desta que a generatividade pode ser completamente concretizada. Outro problema apontado por McAdams e De St. Aubin (1998), é o facto de Erikson fazer uma asserção paradoxal, considerando que a generatividade é tão bem definida pela procriação, que toma vulgarmente lugar na adultez, como pela produtividade e criatividade mais características da meia-idade. A generatividade traz ao indivíduo um maior sentido de responsabilidade, auto-direcção e auto-compreensão permitindo o desenvolvimento da identidade pessoal (McAdams, 2001). Neste período ocorre uma viragem do indivíduo para o meio exterior, uma auto-descentração. Os interesses passam de mais individualistas para mais colectivistas. Contudo, segundo Bandura (1989, citado por McAdams, 2001), a generatividade pode ser condicionada pelas condições económicas, normas culturais, mudanças sociais, acontecimentos históricos e mesmo acontecimentos imprevistos. De acordo com Lerner (1997), existem diferenças na aquisição do sentimento de generatividade entre homens e mulheres. No homem este pode ser alcançado simplesmente pelo sucesso no trabalho (actividade profissional e negócios), e na mulher mais pela preocupação com a geração seguinte (filhos) embora

actualmente a carreira profissional também tenha um papel importante para esta. McAdams e De St. Aubin (1998) sublinham esta ideia, referindo que o contexto social pode influenciar a forma como a generatividade se expressa nos homens e nas mulheres (mais na parentalidade ou mais na produtividade do trabalho) e que, nalguns casos o sentimento de ser generativo pode surgir mesmo antes da identidade estar consolidada (tarefa que deve estar completa no início da adultez). A virtude que se alcança neste período passa pelo cuidar de pessoas, produtos e também ideias. Os estudos de McAdams e colaboradores (2001) demonstraram que os valores da generatividade estão positivamente correlacionados com a satisfação, felicidade, auto-estima e sentido de coerência na vida e negativamente associados à depressão na meia-idade em homens e mulheres.

No último período definido por Erikson (1982), a maturidade (velhice), a grande preocupação é a de que se está no final do ciclo de vida. Se o indivíduo atravessou com sucesso os estadios anteriores, desfrutará com sucesso, entusiasmo e optimismo os anos seguintes e o sentimento ou virtude que alcançará será de integridade do ego que exige sensibilidade, paciência e aptidão. É uma fase que se caracteriza pela aquisição de sabedoria (Erikson, 1982). Se o indivíduo chegar a esta crise emocional com o sentimento de que tem pouco tempo de vida e de que não alcançou os objectivos que definiu para si, o sentimento será de desespero e desgosto.

2.2. A Influencia dos Processos Universais de Regulação do Desenvolvimento na Estrutura de Valores

De acordo com Baltes e Smith (2001, 2002) o desenvolvimento normal implica a selecção de domínios funcionais nos quais o indivíduo foca os seus recursos, optimizando o potencial desenvolvimental (pela maximização dos ganhos) e a compensação das perdas, garantindo desta forma a manutenção do seu funcionamento ao longo da vida (minimizando as perdas sobretudo ao nível biológico). Nesta perspectiva, os autores criam o modelo de selecção, optimização e compensação (SOC) que pretende definir os processos universais de regulação do desenvolvimento que dependem do contexto sócio-histórico e cultural, o domínio de funcionamento e as características do sistema (indivíduo, grupo ou sociedade). A teoria subjacente a este modelo possibilita a previsão de algumas dificuldades e obstáculos da ontogenia humana e a explicação de quais as estratégias que permitem lidar com essas barreiras ontogénicas. Na óptica de Baltes (1997) existem três princípios fundamentais associados ao desenvolvimento humano: o sucesso e o potencial adaptativo evolutivo diminuem com a idade; a importância dada à cultura aumenta com a idade bem como a sua eficácia. Para o autor, a cultura é caracterizada pelos recursos psicológicos, sociais, materiais e simbólicos criados pelo Homem ao longo do tempo. Neste sentido torna-se pertinente, para o estudos dos valores tê-la em consideração.

Para Heckhausen e Schulz (1995), o modelo de Baltes, apesar de explicar bem a dinâmica entre ganhos e perdas em termos da gestão da selecção e do insucesso (características fundamentais do comportamento humano e do desenvolvimento), apresenta algumas limitações. Assim, estes autores conceberam uma versão mais especificada e convergente com este modelo, o modelo de optimização pela selecção e compensação no controlo primário e secundário (OSC). De acordo com Heckhausen (2002), este modelo considera que os processos de selecção e compensação, característicos de qualquer acção humana, são promovidos pelos processos de controlo primário (dos resultados exteriores) e secundário (das representações internas) ao longo do ciclo de vida que trabalham em conjunto para optimizarem o desenvolvimento do organismo. A optimização seria um processo de alto nível, regulador dos processos de selecção e compensação para maximizar a longo prazo, o potencial do individuo para o controle primário (Heckhausen e Schulz, 1993). Segundo estes autores (1996), o controlo primário tem grande valor adaptativo, é dirigido ao exterior e como tal permite ao individuo explorar e moldar o seu meio com o fim de satisfazer as suas necessidades e optimizar o seu potencial desenvolvimental o que pressupõe interesses de natureza mais individualista. Por outro lado, o controle secundário está direccionado para processos internos e permite a focalização, optimização e protecção dos recursos motivacionais necessários ao controlo primário. Ao longo do ciclo de vida o controlo primário sofre grandes alterações. Na óptica de Heckhausen (2002), o controlo primário aumenta durante a infância, estabiliza na meia-idade e decresce na velhice. As capacidades de controlo primário e secundário desenvolvem-se de forma mais evidente nos jovens adultos e culminam na meia-idade onde a maioria das pessoas alcançam o pico da carreira e tem constituída uma família. No final da meia-idade, o controlo primário torna-se mais difícil e os papéis sociais e as capacidades biológicas tornam-se mais limitadas. Durante o final da meia-idade e a velhice a estratégia das escolhas tende mais para a elaboração e para um crescente uso das estratégias de controlo secundário (Heckhausen, in-press, referida por Heckhausen & Schulz, 1996). O aumento das dificuldades para exercer o controlo primário devido a factores biológicos e sociais relacionados com a idade conduz a um aumento das estratégias de controlo secundário com o objectivo de manter o potencial para o controlo primário.

2.3. Influencias Normativas Relacionadas com a História – O 25 Abril e Suas Repercussões ao Nível dos Sistemas de Valores

Segundo Harker e Solomon (1996) é importante ter em conta as particularidades culturais dos indivíduos quando se abordam as questões relacionadas com os valores e os objectivos de vida.

De acordo com a concepção de Baltes (1985) as influências históricas traduzem-se por acontecimentos históricos relevantes que produziram mudanças ao nível social e individual e que

determinaram o aparecimento de novos valores (ou a manutenção dos antigos) e a emergência de novas preocupações e de novos modos de pensar e de aprender a realidade.

Como referido anteriormente no primeiro capítulo, segundo a óptica de Schwartz e Sagie (2000), existem duas características sócio-culturais que podem afectar os valores pela sua influência crucial na forma que as instituições sociais podem tomar. O nível de desenvolvimento económico (componente social e estrutural da modernização) e o nível de democratização (em termos dos direitos políticos e liberdade cívica). Os autores associam um decréscimo da importância dada a valores conservadores (como a segurança, tradição, poder associado à manutenção do status quo, e conformismo) à democratização, ao crescimento económico e à modernização. Estas características sociais influem de forma positiva e significativa na ênfase dada aos valores modernos relacionados com a abertura, auto-transcendência, universalismo, benevolência, estimulação e hedonismo. Neste sentido, designadamente no caso português, torna-se pertinente dar um especial relevo ao 25 de Abril de 1974 que contribuiu, indubitavelmente para a mudança dos sistemas de valores da sociedade portuguesa.

De acordo com Almeida e Costa (1990), a revolução de Abril e a consequente democratização teve vastas repercussões e consequências heterogéneas (nomeadamente a nível dos valores e representações sociais) nos diferentes grupos sociais, e naturalmente, nas diferentes gerações que foram distintamente afectadas. Passou-se de uma sociedade fechada com um regime ditatorial, que apelava a valores patrióticos, para uma sociedade democrática e mais liberal. Barreto (1990), considera que a sociedade portuguesa tem vindo a sofrer, grandes mudanças estruturais, que aconteceram de forma extremamente rápida e que estão a ter repercussões profundas. Para o autor, tem-se assistido à passagem de uma sociedade reservada e com um grau muito elevado de homogeneidade etno-cultural, a para uma “sociedade aberta e pluralista”. Barreto, considera ainda que as mudanças que ocorreram a nível da sociedade portuguesa originaram novas expectativas nos portugueses, designadamente nas camadas mais jovens. Este acontecimento marcou a diferença de duas gerações, a que viveu o período pré-revolução e assistiu à mudança do regime (indivíduos actualmente na meia-idade e na velhice), e a que nasceu já na democracia. Como já mencionado anteriormente, Popper (1993) associa o colectivismo a regimes totalitários e a democracia ao individualismo. Assim, deduz-se que a primeira geração tenha sido influenciada por valores de natureza mais colectivista ao contrário dos mais jovens que cresceram num ambiente onde eram e são valorizados e ensinados valores mais individualistas. De acordo com os resultados do European Values Study (Vala, Cabral & Ramos, 2003) muitas atitudes e normas que caracterizam e condicionam a vida colectiva tem vindo a mudar devido à crescente modernização da sociedade e a consequente difusão de novos valores. Ferreira (1993), refere que, desde a revolução de Abril se assistiu a um crescimento económico e a uma modernização da sociedade em que por exemplo a segurança e as necessidades económicas são consideradas menos relevantes pela geração mais jovem que orienta os seus interesses sobretudo para o nível individual (auto-realização e satisfação

subjectiva) enquanto que os mais velhos revelam sobretudo interesses colectivistas. No mesmo sentido Inglehart (1990) refere que as transformações económicas, tecnológicas e sócio-políticas provocam mudanças em termos culturais, nomeadamente ao nível dos valores. A autora postula que o crescimento da economia leva à passagem de valores materialistas (associados às gerações mais velhas, a valores colectivistas e à segurança) para pós-materialistas (associados às gerações mais novas e a valores individualistas como o bem-estar social e a auto-realização).

De acordo com Harker e Solomon (1996), com a modernização da sociedade, tanto os homens como as mulheres tem vindo a sofrer um declínio dos valores e objectivos tradicionais típicos do género para outros individuais.

3. O Modelo Preditor da Segurança e Interesses – Formulação do Problema

Como já foi referido, os valores estão ainda numa fase de investigação incipiente. Porém, é inegável a profunda influência que exercem nos vários contextos da vida dos indivíduos, tanto ao nível individual como na sociedade em geral. Também se falou acerca da estabilidade e permanência dos sistemas valores e constatou-se que estes não são completamente estáticos nem imutáveis, podem sofrer alterações duradouras em virtude tanto de factores inerentes ao desenvolvimento pessoal como factores de ordem social. Desta forma, o presente estudo tem como principal objectivo investigar acerca do tipo de valores predominantes em três fases do ciclo vital masculino (juventude/início da adultez, meia-idade e velhice). Estas fases, ou coortes etários consistem em períodos distintos com características próprias, designadamente no que respeita à priorização de objectivos, e como tal supõe-se que os tipos de valores que orientam os indivíduos sejam também diferentes. Além da idade será também considerada como variável antecedente do individualismo a posição social e procurar-se-à averiguar a sua influência na preferência por interesses individuais.

É importante fundamentar agora a relevância destas variáveis neste estudo bem como uma explicação daquilo que é esperado em termos de resultados.

De acordo com Baltes (1985) e Cavanaugh (1993), ao longo do ciclo vital o indivíduo é influenciado por vários factores, além dos normais relacionados com a idade, que interagem entre si e contribuem para o processo de mudança evolutiva. No que respeita aos factores normativos relacionados com a idade, consideram-se não só as influências relacionadas com a maturação biológica mas também os determinantes ambientais que correlacionam a aquisição de competências normativas com a idade. Neste sentido abordaram-se as teorias do ciclo de vida de Erikson (1980,1982) e Levinson (1978,1986) respeitantes às tarefas desenvolvimentais características das várias fases do ciclo de vida que pressupõem a priorização de objectivos distintos, logo com valores subjacentes diferentes. Menezes e Campos (1991) apontam neste

sentido com base num estudo em que verificaram a existência de um processo de desenvolvimento dos valores em relação com estas tarefas de vida com que os sujeitos se vão confrontando. Também Rokeach e Schwartz vêm fortalecer esta ideia na medida em que nas suas teorias referem os valores como determinantes dos comportamentos e como influências nas acções dos indivíduos. Desta forma, é possível estabelecer uma relação entre a idade (grupo etário) e os valores, que podem servir interesses mais individuais (individualismo), colectivos (colectivismo) ou mistos (segurança) (Schwartz & Bilsky, 1987, 1990). Assim, de acordo com as teorias consideradas (Erikson & Levinson) prevê-se que no grupo etário mais novo os interesses sejam mais individualistas e no mais velho mais colectivistas, aumentando a necessidade de segurança com a idade. As teorias acerca dos processos universais de regulação do desenvolvimento reforçam também esta ideia. A teoria de Heckhausen e Schultz (1995, 1996, 2002), considera a existência de dois processos de regulação fundamentais: os processos de controlo primário (dirigido ao exterior com o objectivo de explorar e moldar o meio com o objectivo de satisfazer as necessidades do próprio indivíduo), que pressupõem interesses mais individualistas, e os processos de controlo secundário (mais direccionados para processos e representações internas, implicam uma postura mais racional e menos activa) que se associam a valores mais colectivos. De acordo com estes autores as capacidades para controlo primário são mais evidentes nos mais jovens, decrescem com a idade e são gradualmente substituídas pelas estratégias de controlo secundário. Baltes (1999), de acordo com a sua teoria SOC, indica que com a idade aumenta a necessidade e a eficácia da cultura não só no sentido em que o indivíduo se envolve mais nas normas culturais e nos aspectos tradicionais do seu meio circundante (da colectividade) pelo facto de que se amplifica com a idade a necessidade de recursos psicológicos, sociais e materiais e simbólicos.

Associadas à idade estão também os acontecimentos históricos (influências normativas relacionadas com a história) que produziram diferenças geracionais ao nível dos sistemas de valores. Neste sentido privilegiou-se a revolução de 25 Abril de 1974 que acarretou uma passagem de valores mais colectivistas (nos mais velhos) para mais individualistas (nos mais jovens) no sentido em que se relacionam os primeiros com regimes ditatoriais e os segundos com democracia (Popper, 1993). Outro factor paralelo à mudança de regime foi o crescimento económico e a modernização que contribuiu também para uma emergência de valores individualistas e pós-materialistas em que a segurança é considerada menos relevante (nos mais jovens) (Ferreira, 1993, 2003; Inglehart, 1990; Schwartz & Sagie, 2000). Alguns estudos ilustram esta dupla influência da idade e de acontecimentos históricos relevantes como o 25 de Abril de 1974 (Amado, 2004; Amado, Diniz & Devesa, 2004) na mudança de valores mais colectivistas (nas gerações mais velhas) para mais individualistas com menor importância dada à segurança (nas gerações mais novas).

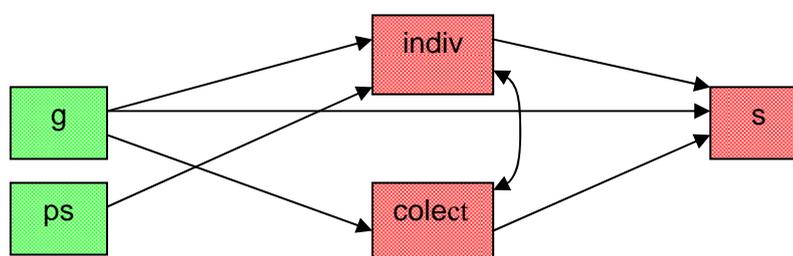
Foi também considerada neste estudo a variável posição social (profissão e habilitações literárias) e a sua relação com valores individualistas. De acordo com Hofstede (1997) uma

classe social a que o individuo pertence determina em larga medida a maior ou menor facilidade de acesso à educação e a uma ocupação profissional elevada e bem remunerada. Acresce que uma classe ou posição social mais elevada pressupõe maiores habilitações literárias e maiores rendimentos. Para este autor tanto a profissão como a classe social e a educação são mutuamente independentes e são fontes de cultura, logo implicam valores e interesses diferentes. Hofstede refere que classes sociais mais elevadas (em que as necessidades económicas estão satisfeitas) se associam mais ao individualismo.

Tendo em conta a revisão bibliográfica anteriormente apresentada, foi formulado um modelo hipotético representativo, preditor da segurança e interesses (individuais e colectivos), considerando as variáveis idade (grupo etário) e posição social. Como se poderá observar na figura 1 a variável g (grupo etário) será tida como variável antecedente (critério) do individualismo (indiv), colectivismo (colect) e segurança (s), a variável posição social será considerada como variável antecedente do individualismo. Espera-se que nas três comparações consideradas (jovens - meia-idade, jovens – idosos e meia-idade – idosos) o sentido seja negativo no sentido do individualismo e positivo no sentido do colectivismo e segurança. Em relação à posição social prevê-se que o sentido seja positivo para o individualismo. De acordo com as concepções de Schwartz (1990), Wink (1997) e Hofstede (1997) o individualismo e colectivismo associam-se numa única dimensão (bipolar) coexistindo em graus mais ou menos elevados, sendo que um país ou cultura nunca subscreve rigorosamente um padrão individualista ou um padrão colectivista. Desta forma espera-se uma covariância negativa entre estas duas variáveis, no sentido em que quando uma aumenta a outra diminui.

Neste trabalho visa-se o teste deste modelo em sujeitos do género masculino e discutir os resultados obtidos confrontando-os com os dos estudos de Amado (2004) e de Amado, Diniz & Devesa (2004).

Figura 1: Modelo preditor da segurança e interesses



Legenda: g = grupo (comparação); ps = posição social; indiv = individualismo; colect = colectivismo; s = segurança

II. MÉTODO

1. Caracterização dos Participantes

O tipo de amostragem deste estudo é não-probabilístico (acidental, casual e conveniente) (Maroco, 2003). A amostra é constituída por 153 indivíduos de género masculino que se distribuem por três coortes etários distintos, definidos com base nas fases de Erikson e nas eras e sub-eras de Levinson pelo método do máximo denominador comum.

O primeiro grupo (1) é formado por 50 jovens adultos (32,7%) que frequentam o ensino superior ou com licenciatura concluída, com idades entre os 20 e os 28 anos (que cresceram e foram educados em regime democrático). O segundo grupo (2) é composto por 52 adultos na meia-idade (34%), com idades que variam entre os 45 e os 53 anos (que passaram a mudança de regime mas viveram a maior parte da vida em regime democrático). O último grupo (3) é constituído por 51 indivíduos idosos (33,3%), na 3ª idade, com idades entre os 65 e os 80 anos (viveram grande parte da vida em regime ditatorial) (vd. Anexo B).

Recorrendo ao quadro de posições sociais elaborado por De Castro & Lima (1987, vd. Anexo C), os sujeitos foram integrados em quatro categorias (posições) consoante as suas habilitações literárias e profissão (ou dos pais, no caso dos jovens estudantes), como se pode observar na tabela de contingência seguinte.

Tabela 1: Distribuição dos participantes em função do grupo etário e da posição social

Grupo	Posição social			
	1	2	3	4
1 – jovens	5	26	16	3
2 – meia-idade	15	24	9	4
3- idosos	7	22	17	5
Total	27 (17.65%)	72 (47.1%)	42 (27.50%)	12 (7.84%)

Na tabela 1 verifica-se que os jovens e os idosos pertencem maioritariamente às classes médias menos instruídas (posição 2) e média mais instruída (posição 3), enquanto que os sujeitos na meia-idade pertencem à classe média menos instruída e ao estrato operário e rural (posição 1).

2. Instrumento

Para testar o modelo anteriormente definido (vd. Introdução) foi elaborado um questionário (seguindo Magalhães, 2000) (vd. Anexo D), com base no Questionário de Valores de Schwartz (Schwartz Value Survey, 1992), já validado para Portugal (Menezes, Costa & Campos, 1989). Este instrumento foi aplicado pelos autores a uma amostra de professores e estudantes e os resultados não diferiram dos definidos por Schwartz, contudo, constataram-se algumas diferenças entre as duas populações da amostra.

O Questionário de Valores de Schwartz é composto por duas listas de valores (33 valores finais e 26 valores instrumentais, respectivamente) num total de 56 itens dos quais 33 foram extraídos da Escala de Valores de Rokeach. Em cada item para além da apresentação do valor (por ex., item 10 – sentido na vida) é também dada aos sujeitos uma definição para esclarecimento acerca do seu significado (por ex., um objectivo na vida). Pretende-se que o sujeito se posicione face a cada valor de acordo com o grau de importância que lhe atribui como princípio orientador da sua vida, usando uma escala de (-1), oposto aos seus valores a (7), de suprema importância (Menezes, et al., 1989). De acordo com os autores, os valores estão agrupados nos dez domínios motivacionais definidos pelo modelo e aos quais são acrescentados 7 itens que correspondem a valores específicos de cada cultura. Dos dez domínios cinco são individualistas (auto-direccionamento, estimulação, hedonismo, realização e poder), três são colectivistas (conformismo, tradição e benevolência) e os restantes são mistos (segurança e universalismo) (Sánchez e Martín, 1999). Os itens distribuem-se numa forma irregular pelos dez domínios motivacionais considerados por Schwartz e Bilsky (1990). Segundo Menezes e colaboradores (1989), a distribuição irregular acarreta anormalidades quanto à homogeneidade dos domínios considerados mas, o poder discriminativo dos itens é razoável.

3. Caracterização da Técnica de Investigação Utilizada – Estudo Transversal

Como referem Menezes e Campos (1991), em estudos transversais não é possível discriminar os efeitos da idade e da geração, é apenas exequível fazer interpretações em termos desenvolvimentais. Foi apenas feita uma abordagem desenvolvimental estática no nosso estudo. Segundo Belsky (2001), um dos problemas fundamentais deste tipo de estudos, é que proporcionam informação sobre as diferenças da idade mas não revelam as mudanças da idade. De acordo com Cavanaugh (1993), não se pode saber se as diferenças entre os grupos, observadas neste tipo de estudo, provem dos processos desenvolvimentais inerentes ou das experiências peculiares a determinada coorte. Os estudos transversais têm ainda outro inconveniente importante: só dizem em que é os grupos se diferenciam entre si, e não quais são

as mudanças que experimentam os indivíduos, não permitindo perceber como mudam as pessoas (Belsky, 2001). Apesar das limitações, os estudos transversais permitem uma visão instantânea das diferenças da idade que podem permitir o esclarecimento de assuntos que podem ser aprofundados através de outros métodos sensíveis às mudanças da idade. De acordo com Huston-Stein & Baltes (1976), as comparações transversais da idade, podem reflectir as diferenças do grupo ou coorte bem como as diferenças ontogenéticas, e podem representar um padrão característico das condições sócio-culturais particulares no momento da testagem. As sequências transversais, são particularmente úteis na análise de fenómenos desenvolvimentais que se pensam ser influenciados por variáveis sócio-culturais, que foi um dos aspectos tidos em conta neste estudo. De acordo com Belsky (2001), para por em prática esta técnica de investigação do desenvolvimento tem de se proceder à realização de provas a diferentes grupos etários ao mesmo tempo, tal como se procedeu no presente estudo.

4. Procedimento

4.1. Recolha dos Dados da Amostra

Todos os participantes do estudo foram escolhidos intencionalmente e por conveniência do investigador.

A amostra dos jovens adultos foi recolhida em Lisboa, tendo sido o instrumento aplicado nas próprias universidades onde estes estudam (IST - Instituto Superior Técnico e ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada). Relativamente aos adultos e aos idosos, as amostras foram recolhidas em Santarém pelo facto desta cidade oferecer ao investigador a possibilidade de um contacto facilitado com esta população. Neste caso o instrumento foi aplicado no local onde os sujeitos se encontravam aquando da abordagem (na rua, estabelecimentos comerciais e lazer).

Em todos os casos, depois de uma breve explicação do âmbito do estudo seguida de um curto esclarecimento das instruções, foi pedido aos sujeitos que preenchessem o questionário de valores. Os questionários foram todos auto-administrados. No final do questionário eram também pedido aos sujeitos alguns dados de caracterização pessoal como a profissão (própria, no caso dos adultos ou dos pais para os jovens estudantes), habilitações literárias, filhos (sim ou não e quantos), residência (meio rural ou urbano) e medicação (sim ou não, com o fim de excluir sujeitos com perturbações mentais que poderiam enviesar os resultados). Posteriormente só se consideraram pertinentes alguns destes dados. Durante todo tempo de realização do questionário (em média 15 minutos para os mais jovens e 30 minutos para os mais idosos) foram esclarecidas dúvidas quando necessário.

É de referir que alguns dos questionários foram excluídos tendo em conta que alguns sujeitos, sobretudo idosos, não completaram a tarefa por não conseguirem compreender aquilo que era pretendido, apesar dos incentivos e tentativas sucessivas de clarificação do investigador. Esta dificuldade poderá ter sido devida ao elevado número de itens face aos quais os sujeitos tinham que se posicionar (56 itens) ou ao tamanho da escala (8 pontos) que facilmente poderia confundir e fazer dispersar a atenção dos mais velhos. Além destes factores, a própria compreensão dos itens (valores e respectivo significado) terá certamente contribuído para dificultar a tarefa a alguns sujeitos. Foram também retirados questionários nos quais faltavam dados de caracterização.

4.2. Tratamento dos dados

Primeiramente, os dados obtidos na recolha foram introduzidos no programa de estatística SPSS 12.0. for Windows. Neste programa fez-se o tratamento dos valores omissos e dos outliers (SPSS Base 11.0/ User's Guide, 2001; SPSS Base 10.0/ Application Guide, 1999). Os outliers foram substituídos pelo valor extremo da distribuição acrescido de uma unidade (Tabachnick & Fidell, 2000) e os valores omissos foram substituídos pelas notas médias estimadas (critério de Tuckey) obtidas para cada variável em que estes se verificavam (vd. Anexo E). Fez-se, ainda, uma análise consistência interna das variáveis critério (alpha de Cronbach) com o objectivo de apreciar acerca da precisão na mensuração das mesmas. Para verificar se existiam problemas de homocedasticidade entre variáveis predictoras e critério (homogeneidade de variâncias) foi realizado o teste de Levene. Convém referir que ao grupo dos jovens-adultos foi atribuída a nota $y=1$, ao grupo da meia-idade a nota $y=2$ e ao grupo dos idosos a nota $y=3$. Os sujeitos dos três grupos etários foram agrupados em três comparações (1- jovens adultos e adultos na meia-idade, 2- jovens adultos e idosos e 3- adultos na meia-idade e idosos). Posteriormente estes grupos foram reunidos em três comparações, designadamente, comparação 1 – jovens – meia-idade (1 e 2), comparação 2 – jovens – idosos (1 e 3) e comparação 3 – meia-idade – idosos (2 e 3).

Seguidamente, através do Programa PRELIS2.53, executaram-se os testes de normalidade univariada e multivariada com o objectivo de detectar possíveis irregularidades na distribuição das variáveis critério, tendo em conta o facto das variáveis serem de métrica forte (Diniz, De Abreu, & Almeida, 1999).

Tendo em conta os problemas multinormalidade (normalidade univariada e multivariada) encontrados nas três comparações efectuadas, bem como os problemas de homogeneidade de variâncias (homocedasticidade) verificados (vd. Anexo G). Seguiu-se o método de estimação dos mínimos quadráticos ponderados (WLS). Os dados foram submetidos ao LISREL (Linear Structural Relations) previamente escritos em linguagem ASCII (conversão a partir dos ficheiros de dados do SPSS) para serem importados pelo programa PRELIS2 onde se prepararam para

todas comparações a respectiva matriz de covariância assintótica das correlações policóricas e poliseriais (Jöreskog & Sörbom, 1993, in Diniz, 2001) que foram lidas e trabalhadas pelo LISREL8-SIMPLIS. Utilizou-se a técnica bootstrap, uma técnica de amostragem aleatória com reposição, para gerar uma matriz empírica de covariância das 100 estimativas bootstrap a partir de 100 amostras com 75% das observações efectuadas.

Executou-se, de seguida, o teste de modelo via SIMPLIS com o objectivo de analisar alguns índices de adequabilidade que permitiram verificar o ajustamento global do modelo aos dados empíricos para cada uma das comparações. Foram considerados os seguintes indicadores: χ^2 e o RMSEA (root mean square error of approximation) (Jöreskog & Sörbom, in Diniz, 2001).

Finalmente, foi feita a análise e interpretação dos modelos, recorrendo à técnica estatística de inferência preditiva denominada de análise de caminhos (path analysis) que trabalha com caminhos traçados a partir de coeficientes de correlação calculados sobre dados observados e com a estimação de coeficientes de regressão parcial estandardizados para esses caminhos. O teste de análise dos modelos foi estritamente confirmatório tendo em conta que os modelos ou eram aceites ou rejeitados (Jöreskog, 1993, in Diniz, 2001)

III. RESULTADOS

1. Distribuição dos Resultados nas Variáveis Critério do Modelo nas Comparações Efectuadas

Para proceder à análise descritiva das variáveis foi utilizado o programa de estatística PRELIS 2.53. Foi feita uma análise à distribuição dos resultados das variáveis critério do modelo para cada uma das comparações. Foram observaram-se alguns indicadores estatísticos (média, desvio-padrão, máximos e mínimos, assimetria e curtose) e efectuaram-se testes de normalidade univariada e multivariada com o objectivo de detectar possíveis irregularidades na distribuição (Maroco, 2003), tendo em conta o facto das variáveis serem de métrica forte (Diniz, De Abreu, & Almeida, 1999) (vd. Anexo F). Apresentam-se de seguida, as tabelas com os respectivos resultados da distribuição para cada comparação.

1.1. Comparação 1 – Jovens – Meia-Idade

Tabela 2: Distribuição das variáveis critério na comparação 1

Variável	Média	Desvio-padrão	Valor T	Assimetria	Curtose	Mínimo	Freq.	Máximo	Freq.
Indiv	38.74	6.07	64.46	-.63	-.13	21	1	49	1
Colect	104.76	13.82	76.55	-.30	.06	66	1	139	1
Seg	96.04	14.03	69.14	-.61	.33	51	1	121	1

N= 102

Tabela 3: Teste de normalidade univariada das variáveis critério na comparação 1

Variável	Assimetria		Curtose		Assimetria e Curtose	
	nota z	valor p	nota z	valor p	qui-quadrado	valor p
Indiv	-2.55	.01	-.12	.90	6.40	.04
Colect	-1.25	.21	.32	.75	1.70	.43
Seg	-2.46	.01	.83	.42	6.76	.03

Tabela 4 - Teste de normalidade multivariada das variáveis critério na comparação 1

valor	Assimetria		valor	Curtose		qui - Quadrado	valor p
	nota z	valor p		nota z	valor p		
1.41	2.42	.02	15.43	.75	.45	6.42	.04

1.2. Comparação 2 – Jovens – Idosos

Tabela 5: Distribuição das variáveis critério na comparação 2

Variável	Média	Desvio- padrão	Valor T	Assimetria	Curtose	Mínimo	Freq.	Máximo	Freq.
Indiv	38.64	6.21	62.58	-.65	-.07	21	1	49	1
Colect	101.22	16.64	61.14	-.31	-.12	62	1	139	1
Seg	99.55	15.45	64.77	-.56	.76	51	1	130	1

N= 101

Tabela 6: Teste de normalidade univariada das variáveis critério na comparação 2

Variável	Assimetria		Curtose		Assimetria e Curtose	
	nota z	valor p	nota z	valor p	qui-quadrado	valor p
Indiv	-2.06	.01	.03	.97	6.80	.03
Colect	-1.32	.19	-.10	.92	1.76	.41
Seg	-2.26	.02	1.48	.14	7.30	.03

Tabela 7: Teste de Normalidade multivariada das variáveis critério na comparação 2

Assimetria			Curtose			Assimetria e Curtose	
valor	nota z	valor p	valor	nota z	valor p	qui - Quadrado	valor p
1.74	3.03	.00	16.63	1.61	.12	11.79	.00

1.3. Comparação 3 – Meia-idade – Idosos

Tabela 8: Distribuição das variáveis critério na comparação 3

Variável	Média	Desvio- padrão	Valor T	Assimetria	Curtose	Mínimo	Freq.	Máximo	Freq.
Indiv	40.37	5.67	71.92	-.83	.45	22	1	48	5
Colect	101.44	16.00	60.60	-.41	.00	62	1	138	1
Seg	102.52	14.81	70.25	-.66	.40	55	1	130	1

N= 103

Tabela 9: Teste de normalidade univariada das variáveis critério na comparação 3

Variável	Assimetria		Curtose		Assimetria e Curtose	
	nota z	valor p	nota z	valor p	qui-quadrado	valor p
Indiv	-3.22	.00	1.03	.30	11.45	.00
Colect	-1.72	.09	.19	.85	2.99	.22
Seg	-2.67	.01	0.95	.34	8.06	.02

Tabela 10: Teste de normalidade multivariada das variáveis critério na comparação 3

valor	Assimetria		valor	Curtose		qui - Quadrado	valor p
	nota z	valor p		nota z	valor p		
1.85	3.30	.00	18.23	2.52	.01	17.23	.00

Através da análise das tabelas acima apresentadas, pode-se verificar a existência de problemas de distribuição das variáveis critério para todas as comparações. Nos testes de normalidade univariada observaram-se problemas na assimetria da variável individualismo e segurança e na assimetria e curtose das mesmas variáveis. Através dos testes de normalidade multivariada constataram-se problemas de assimetria em todas as comparações e de curtose na comparação 3. Também se verificaram problemas de assimetria e curtose em todas as comparações.

2. Consistência Interna das Variáveis Critério do Modelo

Tabela 11: Consistência interna das variáveis critério - alpha de Cronbach

Variáveis	1. Jovens – Meia- Idade	2. Jovens - Idosos	3. Meia-Idade – Idosos
Indiv	0,71	0,77	0,80
Colect	0,68	0,70	0,76
Seg	0,67	0,62	0,61

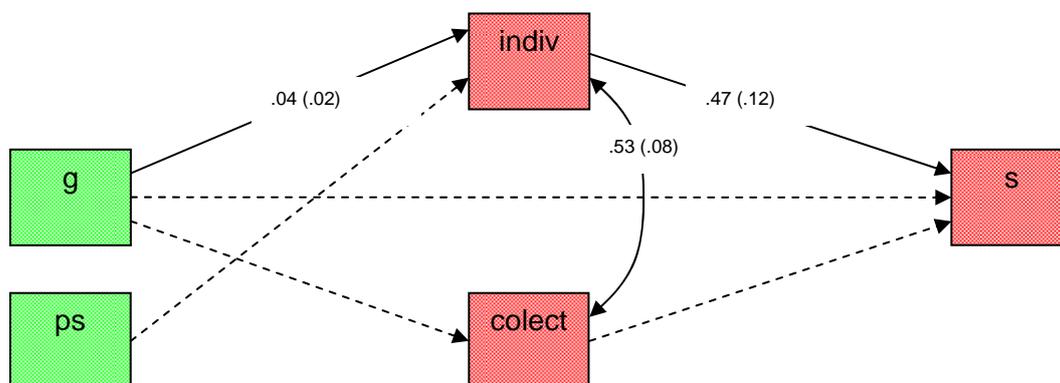
Para analisar a consistência interna das variáveis critério foram calculados os valores do alpha de Cronbach (SPSS 12.0). Relativamente às variáveis individualismo e colectivismo os resultados foram satisfatórios, porém, a variável segurança apresentou problemas de precisão em todas as comparações. O alpha era inferior ao aceitável (.70, eg., Tabachnick & Fidell, 2000) (vd. Anexo H). Uma das explicações para estes resultados poderá ser a heterogeneidade do conteúdo dos itens (valores) que compõe a variável segurança que engloba valores relativos à segurança individual e segurança colectiva. Outra possibilidade explicativa poderá ser a dimensão insuficiente da amostra, considerando que uma amostra maior apresentaria uma maior consistência interna (Maroco, 2003).

3. Teste do Modelo nas Comparações Entre os Três Grupos Etários

Através dos diagramas de caminhos obtidos observaram-se, para cada uma das comparações e para as variáveis consideradas (X – exógenas e Y - endógenas) os efeitos directos, os efeitos indirectos e os efeitos totais (entre X e Y e entre Y e Y) (vd. Outputs no Anexo I).

Apresentamos de seguida diagramas de caminhos (path diagrams), representativos das relações entre o conjunto de variáveis consideradas para as três comparações, e respectiva interpretação substantiva recorrendo à path analysis. As linhas rectas são indicadoras de uma relação de predição entre duas variáveis e as linhas curvas indicam uma relação de covariância entre as variáveis. As linhas continuas representam uma relação relevante e as linhas tracejadas uma relação irrelevante do modelo. O valor crítico de t para as três comparações foi $t = 2.02$, $p < .05$.

Figura 2: Comparação 1 – jovens - meia-idade



Legenda: (termos de erro); g = grupo; ps = posição social; indiv = individualismo; colect = colectivismo; s = segurança

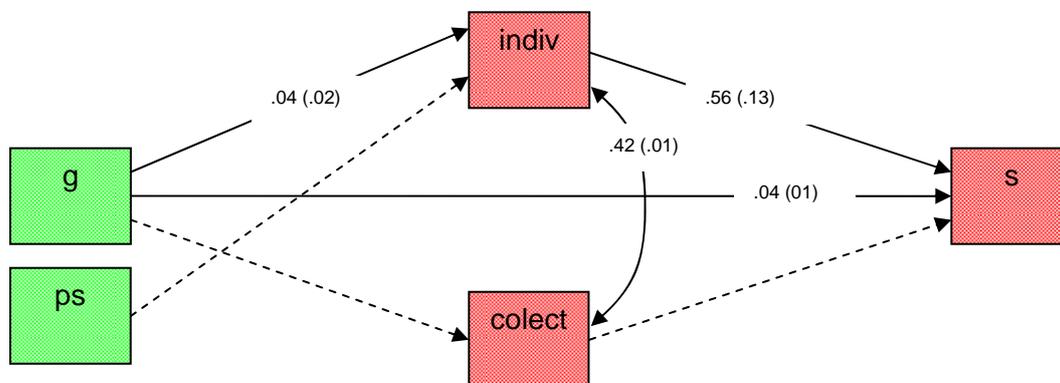
$$\chi^2(2 \text{ gl}, N= 102)= .56, p= .76$$

$$\text{RMSEA}= 0.0, \text{ intervalo de confiança de } 90\%= 0.0; 0.16, p(\text{RMSEA}<.05)= .79$$

Como se pode verificar nesta comparação, o χ^2 tem um $p>.05$, o que indica um bom ajustamento do modelo. O valor do RMSEA e o p do RMSEA, confirmam que o modelo está bem ajustado mas, o limite superior do intervalo de confiança (.16) indica que representa uma razoável aproximação na população.

Nesta comparação, como se pode observar no diagrama, verificaram-se efeitos positivos entre grupo e o individualismo e entre o individualismo e a segurança. Constatou-se assim que, quanto mais velhos os sujeitos, mais individualistas (adultos na meia-idade mais individualistas que os jovens). Verificou-se, também, uma relação de predição positiva entre individualismo e segurança que, indica que, neste grupo de sujeitos, quanto maior é o nível de individualismo maior é a relevância dada à segurança. Constatou-se também uma covariância positiva entre o colectivismo e o individualismo, no sentido em que quando um aumenta o outro aumenta também. O coeficiente de determinação (R^2) encontrado foi de .35.

Figura 3: Comparação 2 – jovens – idosos



Legenda: (termos de erro); g = grupo; ps = posição social; indiv = individualismo; colect = colectivismo; s = segurança

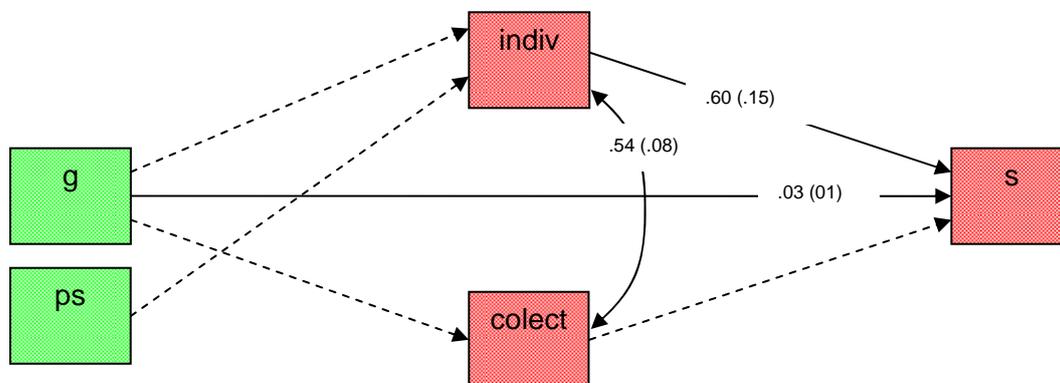
$$\chi^2(2 \text{ gl}, N= 101)= 1.11, p= .57$$

$$\text{RMSEA}= 0.0, \text{ intervalo de confiança de } 90\%= 0.0; 0.20, p(\text{RMSEA}<.05)= .63$$

Como na comparação 1, o χ^2 tem um $p>.05$, o que indica um bom ajustamento do modelo. O valor do RMSEA e o p do RMSEA, confirmam que o modelo está bem ajustado mas, o limite superior do intervalo de confiança (.16) indica que representa uma razoável aproximação na população.

Através da figura 2 pode-se constatar a existência de um efeito directo entre o grupo e o individualismo e entre o grupo e a segurança, ambos no sentido positivo. Estas relações indicam que, os idosos são mais individualistas e dão mais ênfase às questões da segurança que os jovens. Verifica-se, também, uma relação de predição positiva entre individualismo e segurança que sugere, tal como na comparação anterior, que quanto maior é o nível de individualismo maior é a relevância dada à segurança. Constatou-se, como na comparação anterior, uma covariância positiva entre colectivismo e individualismo. O efeito total do grupo sobre a segurança, foi $\beta= .06$ (.01), $t= 4.14$, $p<.001$. O valor de R^2 foi neste caso de .36.

Figura 4: Comparação 3 – meia-idade – idosos



Legenda: (termos de erro); g = grupo; ps = posição social; indiv = individualismo; colect = colectivismo; s = segurança

$$\chi^2(2 \text{ gl}, N= 103)= 1.16, p= .56$$

$$\text{RMSEA}= 0.0, \text{ intervalo de confiança de } 90\%= 0.0; 0.20, p(\text{RMSEA}<.05)= .62$$

Como nas comparações anteriores, os resultados do RMSEA estão todos dentro dos parâmetros aceitáveis à excepção do limite superior do I.C. 90% que ultrapassa o aceitável, porém, pode-se dizer que o modelo está razoavelmente ajustado permitindo a interpretação dos resultados.

Nesta comparação observaram-se efeitos directos e positivos entre o grupo e a segurança e entre o individualismo e a segurança. Verifica-se assim que, a importância dada à segurança é maior nos idosos relativamente aos de meia-idade e, como nas comparações anteriores, quanto maior o individualismo, maior a relevância dada à segurança. À semelhança das comparações anteriores verificou-se uma covariância positiva entre o colectivismo e o individualismo. O coeficiente de determinação (R^2) obtido foi 0.40.

IV. DISCUSSÃO

Apesar do modelo se ter revelado ajustado para as três comparações, o tamanho da amostra é reduzido e o modelo apresentado só se pode considerar adequado para sujeitos com características sócio-demográficas idênticas às dos participantes deste estudo. Desta forma, para ter maior garantia quanto à adequabilidade do modelo será necessário proceder ao seu estudo em amostras independentes.

Foi na segunda (jovens – idosos) e terceira (meia-idade – idosos) comparações que se confirmou um maior número de relações previstas. Nestas duas comparações constatou-se uma relação positiva entre o grupo (idade) e a segurança de acordo com o esperado, tendo em conta que com a idade aumenta a necessidade de segurança. Os valores do quociente de determinação (R^2) apontam também neste sentido, na medida em que é na última comparação, entre os sujeitos mais velhos, que o critério segurança é mais bem predito. A ideia de que as gerações mais jovens valorizam menos as questões relacionadas com segurança, considerando a influência da democratização (com o 25 Abril), da modernização e desenvolvimento económico (Schwartz & Sagie, 2000; Inglehart, 1990), é também confirmada. O facto de não se terem verificado diferenças entre os jovens e meia-idade, relativamente à segurança, deve-se, provavelmente, à proximidade existente entre estes dois grupos quer pelas as influências dos factores acima referidos quer pela priorização de objectivos idênticos nestas duas fases do ciclo de vida. Acresce que a meia-idade é uma faixa etária intermédia, de transição em que é feita uma reavaliação de valores, através do questionamento dos tomados anteriormente (Papalia, 1995), e que pode originar uma indefinição em termos da priorização de valores.

Nas comparações entre jovens – meia-idade e jovens – idosos, constatou-se, uma associação positiva da idade (grupo) ao individualismo. Contrariamente ao previsto de acordo com as influências normativas da idade, as influências normativas históricas (25 de Abril) e as estratégias de regulação ao longo do desenvolvimento (controlo primário e secundário, Heckhausen & Schultz, 1995, 1996, 2002), nestes casos quanto mais velhos os participantes, mais individualistas se tornam os seus interesses. Uma explicação poderá ser por um lado, a importância que o homem dá, ao longo da sua vida, à carreira profissional, e por outro as redes sociais restritas que possui e que o tornam mais auto-centrado, sobretudo após a reforma.

Verificou-se também uma relação de predição do individualismo relativamente à segurança nas três comparações, aumentando com a idade. Este resultado não corrobora o que se previa de acordo com a perspectiva de Popper (1993), segundo a qual a segurança está fortemente sujeita à influência do colectivismo. No entanto, este resultado poderá indicar que os interesses individuais no homem, por exemplo os relativos à carreira profissional, se ligam bastante ao seu sentimento de segurança dependendo menos do colectivo.

Importa agora remetermo-nos ao trabalho de investigação análogo ao presente estudo, referido anteriormente, realizado com uma amostra exclusivamente feminina (Amado, 2004), com o fim de verificar alguns contrastes. Neste estudo constatou-se que com a idade as mulheres apresentavam mais interesses colectivistas (colectivismo) quando se compararam mulheres jovens com mulheres na meia-idade e na velhice. Contrariamente, no caso dos homens é o individualismo que aumenta com a idade, designadamente quando se comparam jovens com indivíduos na meia-idade e com idosos. Uma explicação para estes resultados contraditórios poderá residir numa particularidade do género masculino, na medida em que, ao contrário das mulheres, os homens ao longo do ciclo vital orientam sobretudo os seus interesses para a carreira profissional (mais ligada aos interesses individuais) que é um aspecto crucial das suas vidas, não só porque é muito valorizado pelos próprios (influi na consolidação da sua identidade masculina) mas também porque em termos sociais ainda se liga ao estereótipo do papel social masculino. O próprio sentimento de generatividade, mais evidente na meia-idade, que nas mulheres se associa mais pela preocupação com a geração seguinte (filhos) e por uma maior abertura à comunidade, no homem este pode ser alcançado simplesmente pelo sucesso no trabalho (actividade profissional e negócios) (Lerner, 1997; McAdams e De St. Aubin, 1998). Por outro lado, os idosos, apesar de já não se encontrarem em vida activa e os aspectos ligados à profissão serem menos relevantes, continuam com um nível elevado de individualismo. Isto deve-se provavelmente ao facto de que os homens tendo dedicado grande parte da sua vida a investir na carreira profissional descuram as relações sociais e a participação em actividades comunitárias que consolidam as redes de suporte social tão importantes após a reforma. Contrariamente, as mulheres, depois da reforma não só investem mais nas tarefas domésticas mas estão também mais predispostas a se envolverem no trabalho comunitário e tem mais tempo para usufruir das relações sociais construídas ao longo da vida, o que lhes fornece um maior sentimento de suporte social. Assim se explica que os seus interesses sejam mais orientados para o colectivo. É pertinente mencionar também uma das dimensões consideradas por Hofstede (1997) no seu estudo com os empregados da Hermes, nomeadamente a dimensão masculinidade/ feminilidade. Este autor definiu as sociedades masculinas como mais associadas a valores como o sucesso, o progresso material, dinheiro e bens, competição entre colegas e a performance (valores mais associadas à carreira profissional e ao poder económico) e também mais individualistas, enquanto que as femininas valorizariam mais as pessoas e as relações, o altruísmo e a solidariedade e eram mais colectivistas. Embora este estudo tenha visado comparar culturas, países e organizações permite transpor esta dimensão, e respectivos valores associados, para o homem e mulher, clarificando a associação de um e outro ao individualismo e colectivismo respectivamente.

No caso das mulheres, o autor confirmou a dupla influência da idade (fase do ciclo de vida) e do acontecimento histórico-social (25 de Abril) no aumento de interesses colectivos com a idade. No nosso estudo esta dupla influência aplica-se sobretudo à segurança, na medida em

que esta aparece associada à idade em todas as comparações tal como o esperado. Nas mulheres, ao contrário do caso masculino, não se verificou nenhuma associação entre a idade e a segurança. Pode-se especular que no caso dos homens a preocupação com segurança adquire mais relevo porque se associa mais ao papel social do seu género ao longo dos tempos, sobretudo no que se refere à segurança nacional e familiar. Os indivíduos mais velhos que viveram grande parte da sua vida em regime ditatorial e atravessaram o 25 de Abril com a consequente democratização passaram um período em que questões relacionadas com a segurança, sobretudo a segurança familiar, nacional e a ordem social eram muito proeminentes dado o período de instabilidade imediatamente antes e depois da revolução. A segurança surge na amostra feminina como sofrendo uma forte influência do colectivismo em todas as comparações de grupos etários enquanto que no grupo masculino é o individualismo que lhe surge associado. Estes resultados poderão apontar em parte, para o facto de que os interesses individuais no homem, especialmente no âmbito da sua carreira profissional, se ligam bastante ao seu sentimento de segurança, na medida em que lhe conferem em larga medida não só segurança familiar mas também o sentimento de pertença. Por outro lado, sendo o domínio da segurança misto (valores que servem interesses individuais e colectivos) pode-se deduzir que, no caso dos homens a segurança é encarada sobretudo do ponto de vista individual e depende menos do colectivo.

No outro estudo idêntico ao presente atrás referido, mas com indivíduos dos dois géneros (120 homens e 161 mulheres) (Amado, Diniz, & Devesa, 2004), os resultados foram semelhantes mas apenas quando se compararam os dois extremos geracionais – jovens e idosos. Quando os homens são analisados em conjunto com as mulheres, verifica-se não só que os idosos são mais colectivistas e os jovens individualistas mas também uma grande influência do colectivismo na segurança. A explicação pode residir no facto da amostra ser constituída por um número maior de mulheres que “orientam” os resultados em seu favor, porém a diferença dos homens faz-se sentir tendo em conta que no estudo apenas se notam diferenças entre jovens e idosos, o que não acontece no estudo com a amostra feminina.

Relativamente à variável posição social, não se verificou nenhuma associação desta nem ao individualismo (esperado nas três comparações de acordo com Hofstede, 1997), nem ao grupo (previsto para as comparações 2 e 3). A ausência destas relações poder-se-há dever à situação referida anteriormente, ou seja, no homem os interesses tendem sobretudo para o individual seja qual for a fase da vida ou a posição social em que se insere.

Apurou-se também para as três comparações, uma covariância positiva entre o individualismo e o colectivismo, no sentido em que quando uma aumenta a outra aumenta também. Este resultado contraria o que era esperado de acordo com as concepções de Schwartz (1990), Wink (1997) e Hofstede (1997) na medida em que, o individualismo e colectivismo não associam, no caso dos homens, numa dimensão bipolar em que o aumento de um significa a diminuição do outro.

V. CONCLUSÃO

Com este trabalho de investigação acerca dos valores, pretendeu-se estudar a influência de dois tipos de factores normativos, relacionados com a idade (influências do ciclo de vida) e históricos (revolução de 25 de Abril de 1974), na prevalência de interesses individuais, colectivos e segurança. Desta forma, tomaram-se grupos etários de participantes do género masculino que se inscreviam em três fases distintas do ciclo vital. Considerou-se ainda como variável a posição social que se pensava estar positivamente associada a interesses individuais. Tendo em conta os estudos análogos anteriores, realizados com uma amostra feminina e uma mista, pretendeu-se também averiguar possíveis contrastes.

Apesar dos modelos se terem revelado ajustados para as três comparações, é desejável que o estudo seja replicado com amostras independentes para ter garantias quanto à validade do modelo. Muitas das relações entre variáveis que tinham sido previstas não foram confirmadas, sobretudo na primeira comparação (jovens – meia-idade). Acresce ainda que a variável segurança apresentou um alpha um pouco inferior ao aceitável na comparação entre adultos na meia-idade e idosos. Estas limitações em termos de resultados poderão ser consequência do número insuficiente de participantes que constituíram a amostra ou, como referido anteriormente, devido às particularidades do género considerado que talvez mereça uma abordagem diferente relativamente aos valores, nomeadamente quanto ao tipo motivacional da segurança. Neste sentido seriam desejáveis estudos, com amostras maiores e que visassem estudar os mesmos indivíduos em diferentes fases do ciclo de vida, como acontece nos estudos longitudinais.

Tendo em conta o facto de se ter verificado uma forte associação entre o individualismo e a segurança, contrariamente ao esperado e aos resultados obtidos com mulheres, poder-se-ia estudar quais os valores dentro do domínio segurança que contribuem mais para o individualismo, ou utilizando outra lógica de análise, quais os tipos motivacionais, dentro do individualismo, que se associam mais à segurança. Tendo em conta que não se verificou uma associação da segurança ao colectivismo, como o previsto, poder-se-ia especificar o nível de análise, testando a relação entre os vários tipos motivacionais, subjacentes aos interesses colectivos, e a segurança.

Constatou-se ainda uma relação relevante entre o grupo e o individualismo, no sentido do aumento deste último com a idade, na comparação entre jovens e idosos. Associou-se este resultado à valorização da carreira profissional na vida do homem apesar da relação não se ter verificado na presença da meia-idade. Todavia, seria pertinente investigar que outros factores estão implicados no acréscimo do individualismo ou que tipos motivacionais e valores se associam mais ao individualismo no género masculino.

Apesar da influência da variável posição social não se ter verificado, dadas as possíveis razões já mencionadas, não deixa de ser pertinente num estudo que aborde os valores. Seria

interessante averiguar a sua relação com a segurança ou com o universalismo (ambos tipos motivacionais que servem interesses mistos). Apesar de não se ter comprovado a associação entre posição social e individualismo poder-se-ia abordar outro tipo de análise introduzindo tipos motivacionais como o hedonismo, o auto-direccionamento ou, tal como para a segurança, os tipos poder e realização, sendo que todos servem interesses individuais.

. Na senda dos estudos realizados por Paúl, Fonseca, Martín & Amado (2003) em Portugal, com dois grupos independentes de idosos residentes em meio rural e meio urbano, que verificaram que os dois grupos diferiam em relação a certas características demográficas, designadamente ao nível das necessidades, interesses e valores, seria pertinente estudar estas diferenças noutros grupos etários, tendo em conta que o ambiente em que residem os indivíduos tem efeitos directos e indirectos no seu funcionamento e condiciona o seu nível de satisfação e suas necessidades (Paúl, 1991)

Este estudo considerou como influência normativa histórica um acontecimento nacional, o 25 de Abril, pelas amplas repercussões que teve ao nível da estrutura de valores dos portugueses. Contudo, seria interessante abrir as fronteiras e olhar para um passado mais próximo, o 11 de Setembro de 2002, que abalou o mundo e certamente fez com que as pessoas se questionassem acerca dos valores, designadamente aqueles que compõe o domínio da segurança mas também, em larga medida os do universalismo.

Além da influência histórica investigou-se a influência da idade, dois dos três tipos de factores conceptualizados por Baltes (1985). Em futuras investigações seria desejável estudar qual a interferência dos acontecimentos individuais não normativos (terceiro factor) nos sistemas de valores. Estes acontecimentos dizem respeito a factores ambientais e biológicos que, apesar de significativos em termos de consequências sobre as histórias vitais individuais, não são universais. São exemplos acontecimentos relacionados com actividades profissionais (desemprego), vida familiar (divorcio, morte de outra pessoa significativa) ou saúde (doenças graves) que, presumivelmente acarretam alterações na priorização dos valores. Para estudar este tipo de influências, e dado o seu carácter pessoal, adequar-se-iam metodologias como as histórias de vida ou os estudos de caso.

Muitas sugestões para futuros estudos se poderiam fazer dada a amplitude de domínios que se podem associar aos valores. Podemos concluir acerca da mutabilidade dos valores quer no contexto das mudanças sociais (como o 25 de Abril) quer das mudanças individuais (inerentes à idade). Por outro lado verificámos também a existência de diferenças de género relativamente à priorização de valores. Estes resultados contribuem para um maior entendimento dos comportamentos e percepções e podem servir de ponto de partida para investigações, mais profundas, mais alargadas e noutras direcções, no domínio dos valores.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. F., & Costa, A. F.(1990). Portugal – Os próximos 20 anos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Amado, N. M. (2004). Teste de um modelo preditor de interesses e segurança (Schwartz) em mulheres, na adultez, na meia-idade e na velhice: estudos comparativos transversais. Monografia de licenciatura na área de psicologia clínica. Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

Amado, N. M., Diniz, A. M., & Devesa, T. S. (2004) Modelo preditor de interesses individuais, colectivos e segurança: Comparação entre sujeitos jovens adultos, na meia-idade e idosos. In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Eds.), Avaliação Psicológica: Formas e Contextos – Vol. X (pp. 359-366). Braga: Psiquilibrios Edições.

Baltes, P. B. (1985). Psicologia evolutiva del ciclo vital. Algunas observaciones convergentes sobre historia y teoria. In. A. Marchesi, M. Carretero & J. Palacios (Eds.) , Psicologia Evolutiva. 1. Teorías y Métodos (pp. 243-263). Madrid: Alianza Editorial, S.A.

Baltes, P. B. (1997). On incomplete architecture of human ontogenesis: Selection, optimization, and compensation as a foundation of developmental theory. *American Psychologist*, 52, 4, 366-80.

Baltes, P. B., Freund, A. M., & Li, K. Z., (1999). Successful Development and Aging: The role of Selection, Optimization and Compensation. In J. Brandtstadter, & R. M. Lerner (Eds.), *Action & Self Development. Theory and Research Through The Life-Span* (pp. 401-427). USA, Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Baltes, P. B., & Smith, J. (2001, 2002). New Frontiers in the Future of Aging: From Successful Aging of the Young Old to the Dilemmas of the Fourth Age. Valencia Forum. Consultado em Novembro, 2003, através da fonte www.valenciaforum.com/keynotes/pb.html

Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: Mudança social 1960 – 1995. *Análise Social*, XXX, 134, 841-855.

Belsky, J. K. (2001). *Psicologia del envejecimiento*. España, Madrid: Thompson Editores Spain – Parainfo.

Cavanaugh, J. C. (1993). *Adult development and aging* (2nd Ed.). California: Brooks Cole Publishing Company.

De Castro, R. V., & Lima, L. C. (1987). Insucesso e selecção social na disciplina de português: O(s) discurso(s) dos professores – uma abordagem interdisciplinar. *Psicologia*, 5, (3), 299-310.

Diniz, A. M. (2001). *Crenças, escolha de carreira e integração universitária*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.

Diniz, A. M., De Abreu, J. G., & Almeida, L. S. (1999). Escalamento multidimensional de uma escala de dados de preferência. *Psychologica*, 21, 201-215.

Durkin, K. (1988). *Developmental Social Psychology: From Infancy to Old Age*. Oxford: Blackwell.

Erikson, E. (1980). *Identity in the life cycle*. New York: W. W. Norton & Company.

Erikson, E. (1982). *The life cycle completed*. New York: W. W. Norton & Company.

Ferreira, P. A. (1993). *Valores nos jovens portugueses nos anos 80*. Lisboa: ICS/Instituto da Juventude: Cadernos do ICS: Estudos da Juventude.

Ferreira, P. M. (2003). Valores Morais: as noções de «certo» e de «errado» na transição pós-moderna. In J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Orgs.), *Atitudes sociais dos portugueses 5, valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 95-122). Lisboa-Portugal: Imprensa das Ciências Sociais/ Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

França, L., Jesuíno, C. J., & Soczka, L. (1983, Novembro). Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal. Comunicação e conclusões apresentadas na Conferência pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED)/ Cadernos «Juventude», “Valores, Representações sobre a Sociedade Portuguesa e Identidade Psico-Social da Jovens” (pp. 111-160). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Freire, A. S. (Ed.) (1998). Valores sociais dos estudantes da universidade do Algarve e respectivos progenitores (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Gouveia, V. V., & Ros, M. (2000). Hofstede and Schwartz's models to classifying individualism at the cultural Level: Their relation to macro-social and macro-economic variables. *Psicothema*, 12 (Supl.), 25-33.

Harker, L., & Solomon, M. (1996). Change in Goals and Values of Men and Women from Early to Mature Adulthood. *Journal of Adult Development*, 3, 3, 133-143.

Heckhausen, J. (2002). Developmental regulation of life-course transitions: a control theory approach. In I. Pulkkinen & A. Caspi (Eds.), *Paths to Successful Development: Personality in the life course* (pp. 257-280). Cambridge: University Press.

Heckhausen, J., & Schultz, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychological Review*, 102, 2, 284-304.

Heckhausen, J., & Schultz, R. (1996). A life-span model of successful aging. *American Psychologist*, 51, 7, 702-714.

Hofstede, G. (1997). *Culturas e Organizações – Compreender a nossa programação mental* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Hofstede, G. (1998). Attitudes, Values and Organizational Culture: Disentangling the Concepts. *Organizational Studies*, 19, 3, 477-492.

Inglehart, R. (1990). Culture shift in advanced industrial society. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1993). *PreliS2: Users reference guide*. Chicago: Scientific Software.

Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1993b). *LISREL8: Structural equation modelling with the SIMPLIS command language*. Chicago: Scientific Software.

Lerner, R. M., (1997). *Concepts and theories of human development* (2nd ed.). The Pennsylvania State University: Lawrence Erlbaum Associates Inc. Publishers.

Levinson, D. J. (1986). A concept of adult development. *American Psychologist*, 41, 1, 3-13.

Levinson, D. J., Darrow, C. N., Klein, E. B., Levinson, M. H., & Mckee, B. (1978). *The Seasons of a Man's Life*. New York: Ballentine Books.

Lopes, J. A. (Ed.) (1998). Usefulness of collectivism and allocentrism for understanding occupational preference and gender-typicality of career choices (Final Year Project). University of London: Psychology Department, Goldsmiths' College.

Magalhães, M., (2000). *Investigação por questionário* (2nd Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.

Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Martín, P., & Sánchez, E. (1999). Relación entre el Individualismo-Colectivismo, la Auto-Estima Colectiva y los Valores de los Adolescentes. *Revista de Psicología Social*, 14, 2-3, 211-225.

McAdams, A. D. (2001). Generativity in midlife. In M. E. Lachman, (Ed.), *Handbook of Midlife Development* (pp. 395-443). USA: John Wiley & Sons, Inc.

McAdams, A. D. (2001). Generativity in midlife. In M. E. Lachman, (Ed.), Handbook of Midlife Development (pp. 395-443). USA: John Wiley & Sons, Inc.

McAdams, A. D., & de St. Aubin (1998) (Eds.). Generativity and Adult Development – How and why we care for the next generation? (1st ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates

Menezes, I., Costa, M. E., & Campos, P. B. (1989). Valores de Estudantes Universitários. Cadernos de Consulta Psicológica, 5, 53-68.

Menezes, I., & Campos, B. P. (1991). Estrutura dos valores: Estudo transversal. Psychologica, 6, 129-47.

Morales, J. F., Gaviria, E., Molero, F., Árias, A., Paez, D. (2000). Individualism: one or many?. Psicothema, 12 (Supl.), 34-44.

Papalia, D. E. (1995). Human Development (6ª ed.). McGraw-Hill: International Editors.

Paúl, M. C. (Ed.) (1991). Percursos pela velhice – Uma perspectiva ecológica em psicogerontologia. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor apresentada à Universidade do Porto, Instituto de Ciências Sociais de Abel Salazar.

Paúl, M. C., Fonseca, A. M., Martín, I., Amado, J. (2003). Psychosocial profile of rural and urban elders in Portugal. European Psychologist, 8, (3), 160-167.

Popper, K. (1993). A sociedade aberta e os seus inimigos. Volume 1. Lisboa: Editorial Fragmentos.

Reed, E. (1996). Selves, values, cultures. In Reed, E. Turiel e T. Brown (Eds.) Values and Knowledge. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Reese, H. W. (1976). Advances in child development and behaviour (vol. 11). New York/ San Francisco/London: Academic Press.

Rokeach, M. (1973). The nature of human values and value systems. The nature of human values (pp.3-25). New York: Free Press.

Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. San Diego, CA: Sage.

Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 3, 550-62.

Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: Extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 5, 878-91.

Schwartz, S. H., & Sagie, G. (2000). Value consensus and importance: A cross-national study. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 31, 4, 465-497.

SPSS Base 11.0/ User's Guide (2001). USA: SPSS Inc.

SPSS Base 10.0/ Application Guide (1999). USA: SPSS Inc.

Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2000). Using multivariate statistics (4th ed.). Boston, MA: Allyn & Bacon.

Turiel, E. (1996). Equality and hierarchy: conflict in values. In E. Reed, E. Turiel e T. Brown (Eds.). *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Vala, J., Cabral, M.V., & Ramos, A. (Orgs.) (2003). *Atitudes sociais dos portugueses 5 – Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa das ciências sociais/ Instituto das ciências sociais da Universidade de Lisboa.

Wink, P. (1997). Beyond ethnic differences: Contextualizing the influence of ethnicity on individualism and collectivism. *Journal of Social Issues*, 53, 2, 329-50.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica* (3ª Ed.). Coimbra: Quarteto.
- Baptista, T. M. (1988). Aspectos cognitivos do “stress” associado a alterações do estado de saúde. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 281-286.
- Barros, L. (2003). *Psicologia pediátrica: Perspectiva desenvolvimentista* (2ª Ed.) (pp. 59-68). Lisboa: Climepsi.
- Canavarro, M. C., Serra, A. V., Firmino, H. & Ramalheira, C. (1993). Recursos familiares e perturbações emocionais. *Psiquiatria Clínica*, 14 (2), 85-91.
- Canavarro, M. C., Serra, A. V., Pereira, M., Simões, M. R., Quintais, L., Quartilho, M. J., Rijo, D., Carona, C., Gameiro, S. & Paredes, T. (2006). Desenvolvimento do instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100) para português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, 27 (2), 19-21. Abril – Junho.
- Curtiss, G., Klemz, S. & Vanderploeg, R. D. (2000). Acute impact of severe traumatic brain injury on family structure and coping responses. *The Journal of Head Trauma Rehabilitation*, 15 (5), 1113-1123.
- Eisdorfer, C. (1985). The Conceptualization of stress and a model for further study (5-21). In Zales, M. R. (ed.), *Stress in Health and Disease*. New York: Brunner/Mazel.
- Enns, R. A., Reddon, J. R. & McDonald, L. (1999). Indications of resilience among family members of people admitted to a psychiatric facility. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 23 (2), 127-136.
- Fosson, A. (1988). Family Stress. In Fisher, S. & Reason, J. (ed.), *Handbook of life stress, cognition and health* (161-173). Great Britain: John Wiley e Sons Ltd.
- Hall, M. J. & Docherty, N. M. (2000). Parent coping styles and schizophrenic patient behaviour as predictors of expressed emotion. *Family Process*, 39 (4), 435-444.

Heene, E. D., Buysse, A. & Oost, P. V. (2005). Indirect pathways between depressive symptoms and marital distress: The role of conflict communication, attributions, and attachment style. *Family Process*, 44 (4), 413-440.

Hickey, D., Carr, A., Dooley, B. Guerin, S. & colaboradores (2005). Family and marital profiles of couples in which one partner has depression or anxiety. *Journal of Marital and Family Therapy*, 31 (2), 171-183.

Instituto do Emprego e Formação Profissional (1994). *Classificação nacional das profissões*. Acedido em 20 de Dezembro de 2006, em: http://portal.iefp.pt/pls/gov_portal_iefp/docs/PAGE/PORTAL_IEFP_INTERNET/CPROFISSIONAL/CNP/INDICE.PDF

Instituto Nacional de Estatística (1999). *Freguesias do Continente classificadas de acordo com a Tipologia de Áreas urbanas (APU e AMU)*. Acedido em 20 de Dezembro de 2006, em: <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/047/033/002/pdf/iuc-6.pdf>

Instituto Nacional de Estatística (1999). *Tipologia de Áreas urbanas*. Acedido em 20 de Dezembro de 2006, em: <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/047/033/002/pdf/iuc-4.pdf>

Jackson, P. B. et al (2002). Negative life events and psychological distress among young adults. *Social Psychology Quarterly*, 65 (2), 186-202.

Kinsman, A. M., Wildman, B. G. & Smucker, W. D. (1999). Relationships among parental reports of child, parent, and family functioning. *Family Process*, 38 (3), 341-351.

Leske, J. S. & Jiricka, M. K. (1998). Impact of family demands and family strengths and capabilities on family well-being and adaptation after critical injury. *American Journal of Critical Care*, 7 (5), 383-393.

Marin, J. R. (2001). *Psicologia social de la salud* (15-87). Editorial Síntesis: Madrid.

Olson, D. H., McCubbin, H. I., Barnes, H. L., Larsen, A. S., Muxen, M. J. & Wilson, M. A. (1983). *Families: What makes them work*. Sage Publications: Beverly Hills.

Olson, D. H., McCubbin, H. I., Barnes, H. L., Larsen, A. S., Muxen, M. J. & Wilson, M. A. (1985). *Family inventories, inventories used in a national survey of families across the family life cycle* (2ª Ed). St. Paul.

Paúl, M. C. (1995). Acompanhamento psicológico de doentes crónicos e terminais (33-47). In McIntyre, T. M. & Vila-Chã, C. (ed.), *O sofrimento do doente: Leituras multidisciplinares*. Lisboa: Associação dos psicólogos portugueses.

Pereira, O. G. (1988). Stress: Factores sociais e psicossociais. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 213-218.

Porto, A. (1988). Stress e afecções médicas: Stress e tubo digestivo. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 205-208.

Reis, J. C. (1998). *O sorriso de Hipócrates: A integração biopsicossocial dos processos de saúde e doença*. Vega: Lisboa

Reiss, D. & Oliveri, M. E. (1991). The family's conception of accountability and competence: A new Approach to the conceptualization and assessment of family stress. *Family Process*, 30, 193-214.

Relvas, A. P. (2005). Famílias e stress: Das crises normativas às crises inesperadas, como intervir numa perspectiva sistémica. In A. M. Pinto, & A. L. Silva, (ed.), *Stress e bem-estar: Modelos e domínios de aplicação* (pp. 43-58). Lisboa: Climepsi.

Serra, A. V. (1988). Um estudo sobre coping: O inventário de resolução de problemas. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 301-316.

Serra, A. V., Ramalheira, C. & Firmino, H. (1988). Mecanismos de coping: Diferenças entre população normal e doentes com perturbações emocionais. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 323-328.

Serra, A. V., Firmino, H., Ramalheira, A. C. & Canavarro, M. C. (1992). Relation entre ressources familiales et strategies d'adaptation individuelles et familiales: Différences entre population générale et patients souffrant de perturbations émotionnelles. *Thérapie comportementale et cognitive*, 2, 10-16.

Serra, A. V. et al (1992). Family functioning and coping: Differentiation between "functional" and "dysfunctional" populations. *Acta psiquiátrica portuguesa*, 38, 119-125.

Serra, A. V. (2005). As múltiplas facetas do stress. In A. M. Pinto, & A. L. Silva, (ed.), *Stress e bem-estar: Modelos e domínios de aplicação* (pp. 17-41). Lisboa: Climepsi.

Smith, J. C. (1993). *Understanding stress and coping*. New York: Macmillan Publishing Company.

Tebes, J. K., Connell, C. M., Ross, E. & Kaufman, J. S. (2005). Convergence of sibling risk among children of parents with serious mental disorders. *Journal of Child and Family Studies*, 14 (1), 29-41.

Totman, R. (1988). Stress, language and illness (538-540). In S. Fisher, & J. Reason (ed.), *Handbook of life stress, cognition and health*. Great Britain: John Wiley e Sons Ltd.

Turner, R. J. & Lloyd, D. A. (1999). The stress process and the social distribution of depression. *Journal of health and social behaviour*, 40 (4), 374-405.

Wadden, T. A., Womble, L. G., Stunkard, A. J. & Anderson, D. A. (2002). Psychosocial consequences of obesity and weight loss. In T. Wadden & A. Stunkard (ed.), *Handbook of obesity treatment* (pp. 144-150). New York: The Guilford Press.

Weiner, H. (1985). The concept of stress in the light of studies on disasters, unemployment, and loss: A critical analysis (24-30; 51-61). In M. R. Zales (ed.), *Stress in health and disease*. New York: Brunner/Mazel.

Yatchmenoff, D. K., Koren, P. E., Friesen, B. J., Gordon, L. J. & Kinney, R. F. (1998). Enrichment and stress in families caring for a child with a serious emotional disorder. *Journal of Child and Family Studies*, 7 (2), 129-145.

Anexo A

Tipos motivacionais definidos por Schwartz (1990)

Interesses	Tipos Motivacionais	Valores
Individuais	Auto-Direccionamento (a)	Liberdade Respeito próprio Criatividade Independente Escolhendo as minhas metas Curioso
	Estimulação (e)	Vida excitante Vida variada Audacioso
	Hedonismo (h)	Prazer Que goza a vida
	Realização (r)	Ambicioso Influente Capaz Inteligente Bem sucedido
	Poder (p)	Poder social Fortuna Reconhecimento social Autoridade Preservador da minha imagem publica
Colectivos	Conformismo (c)	Polidez Auto-disciplina Respeitador de pais e idosos Obediente
	Tradição (t)	Respeito pela tradição Distanciamento Moderado Humilde Aceitador da Minha vida Devoto
	Benevolência (b)	Vida espiritual Sentido da vida Amor maduro Amizade verdadeira Leal Honesto Prestável Responsável Que perdoa
Mistos	Segurança (s)	Sentido de pertença Ordem social Segurança nacional Reciprocidade de favores Segurança familiar Saudável Limpo
	Universalismo (u)	Igualdade Harmonia interior Mundo em paz União com a natureza Sabedoria Mundo de beleza Justiça social Aberto Protector do ambiente

Anexo B

Quadro de Posições Sociais*

Posição Social 1 – Classe Superior

- . Profissões liberais – médico, advogado, engenheiro, arquitecto
- . Grande industrial ou grande comerciante
- . Altos funcionários – magistrados judiciais
- . Altos funcionários administrativos – directores gerais, directores de serviços, gerentes bancários
- . Gestores de empresas
- . Professores universitários
- . Militares de alta patente

Posição Social 2 - Classe Média mais instruída

- . Professores não universitários e educadores de infância
- . Médios comerciantes e industriais
- . Funcionários médios – quadros técnicos
- . Empregados bancários, seguros, etc.
- . Empregados de escritório com, pelo menos, o 5º ano dos liceus
- . Solicitador/enfermeira/assistente social
- . Técnicos

Posição Social 3 – Classe Média menos instruída

- . Pequenos comerciantes e industriais
- . Caixeiros-viajantes
- . Funcionários médios – quadros administrativos (1ºoficial, etc.,)
- . Empregados de escritório sem o 5º ano dos liceus
- . Agentes da P.S.P. e de forças militarizadas
- . Sargento
- . Cabeleireiro(a)
- . Capatazes e encarregados de obras

Posição Social 4- Estrato Operário e Rural (trabalhadores manuais)

- . Operários
- . Trabalhadores rurais
- . Funcionários auxiliares (pessoal de limpeza, contínuos, porteiros, motoristas, varredores, etc.,)
- . Vendedores ambulantes e feirantes

* Elaborado pela Área de Análise Social e Organizacional da Educação da Universidade do Minho. In De Castro, R. V. & Lima, L.C. (1987). Insucesso e selecção social na disciplina de português: O(s) discurso(s) dos professores – uma abordagem interdisciplinar. *Psicologia*, 5, 3, 299-310.